

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

LUCIO MARQUES PEÇANHA

**A ATUAÇÃO DO IFES NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA COM BASE NO ENEM**

VITÓRIA

2017

LUCIO MARQUES PEÇANHA

**A ATUAÇÃO DO IFES NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA COM BASE NO ENEM**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho.

**VITÓRIA
2017**

LUCIO MARQUES PEÇANHA

**A ATUAÇÃO DO IFES NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA COM BASE NO ENEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 17 de novembro de 2017.

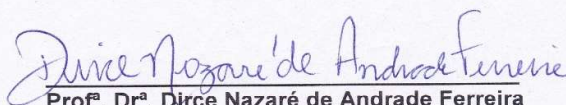
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho

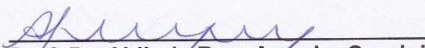
Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador



Prof. Dr.ª Dirce Nazaré de Andrade Ferreira

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini

Instituto Federal do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

- P364a Peçanha, Lúcio Marques, 1988-
A atuação do IFES no interior do Espírito Santo : uma análise comparativa com base no ENEM / Lúcio Marques Peçanha. – 2017.
95 f. : il.
Orientador: Duarte de Souza Rosa Filho.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 2. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil). 3. Educação - Espírito Santo (Estado). 4. Interiorização. 5. Administração pública. I. Rosa Filho, Duarte de Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

AGRADECIMENTOS

Antes e acima de todos agradeço a Deus pelo sopro da vida e por seu amor incondicional, que me trouxe até aqui e me sustenta todos os dias, mesmo não sendo merecedor de tão grande oferta.

O meu mais profundo agradecimento ao meu orientador, Duarte, que abraçou esse projeto e compartilhou comigo um pouco do seu grande conhecimento. Fico muito feliz em ter sua orientação no Mestrado, assim como tive na Graduação. Quem dera todos os orientandos tivessem a minha sorte.

Agradeço aos professores Aldieris e Dirce por seu aceite em compor a banca avaliadora deste estudo e por suas importantes contribuições para que o trabalho pudesse ser realizado de forma adequada.

Agradeço aos professores do PPGGP, pelos ensinamentos durante as disciplinas do Mestrado. Todas elas foram importantes na construção do pensamento que gerou as páginas deste estudo.

Agradeço a toda a minha família e amigos, por estarem sempre presentes, ainda que em pensamento.

Agradeço ao Ifes, em especial ao Campus Montanha, onde atuo, por me propiciar estudar essa temática que tanto me interessa e por apoiar o desenvolvimento profissional de seus docentes. Pretendo agregar esse conhecimento em todas as atividades que desenvolver na escola, para retribuir um pouco do muito que me dão.

Ao meu pai, por ser minha referência de caráter. Espero honrá-lo por onde for.

À minha mãe Cláudia, pelo apoio incondicional e me abraçar nesse período de estudos contínuos e ainda por ter me dado a base para chegar até aqui.

Agradeço muito a Daniel, Mateus e Taiele, por terem tido tanta paciência e compreensão em tantos dias e noite que estive ausente da convivência de vocês para fazer esse estudo acontecer. Vocês são minha vida e meu pensamento a todo instante.

“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência”.

(Henry Ford)

RESUMO

Este estudo aponta a importância da expansão da Rede Federal para o interior do estado do Espírito Santo, em termos de desenvolvimento educacional de alunos de cidades afastadas da Grande Vitória, a partir de uma análise do desempenho de quatro Campi do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Piúma – no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos anos de 2014 e 2015. O ENEM foi a métrica adotada para análise porque outras ferramentas de análise comparativa como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Bem Estar Econômico (IEWB – em inglês), que poderiam ser utilizadas dar suporte a uma análise desta natureza, não têm atualizações anuais no Brasil, sendo a primeira realizada com base no Censo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o segundo uma ferramenta elaborada no Canadá e que, embora tenha sua aplicação defendida como substituto ao uso do PIB (Produto Interno Bruto) como medida da riqueza de um país, não tem ampla aceitação como este último. Objetivou-se verificar como os Campi do IFES se saíram no ENEM em comparação com as outras instituições de ensino de seus respectivos municípios, além de comparar o desempenho dos Campi apenas com as escolas públicas do município e entre eles. A metodologia proposta pode ser definida como um estudo exploratório, com abordagem mista de natureza descritiva. Os dados coletados de fonte primária foram obtidos através de entrevistas com gestores dos Campi pesquisados, já os dados secundários foram obtidos a partir de pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados obtidos de fontes secundárias demonstraram que houve queda no desempenho de todas os Campi no ano de 2015, quando houve também contingenciamento orçamentário nas unidades, o que aponta uma correlação entre desempenho e investimentos realizados. A análise dos dados primários se baseou na abordagem de Gibbs, na qual se propõe a categorização dos dados a partir de uma análise comparativa, na qual o conteúdo das entrevistas é codificado para gerar tabelas que demonstram a visão dos entrevistados sobre a realidade do Instituto Federal.

Palavras-chave: Interiorização. Indicadores. Administração Pública. IFES. Educação.

ABSTRACT

This study aims to point out the importance of the expansion of the Rede Federal to the interior of the state of Espírito Santo, in terms of educational development of students from cities away from Greater Vitória, based on an analysis of the performance of four Campuses of the Federal Institute of Espírito Santo - Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia and Piuma - in the Brazilian National High School Examination (ENEM), in the years 2014 and 2015. The ENEM was the metric adopted for analysis because other comparative analysis tools such as the Human Development Index (HDI) and the Economic Well-Being Index (IEWB), which could be used to support an analysis of this nature, do not have annual updates in Brazil, the first being based on the Census developed by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the second a tool developed in Canada and that, although its application was defended as a substitute for the use of GDP (Gross Domestic Product) as a measure of Wealth of a country, does not have wide acceptance like the last. The aim of this study was to verify how the IFES Campi perform in the ENEM in comparison with the other educational institutions of their respective municipalities, besides comparing the performance of the Campi with the public schools of their municipality and between themselves. The proposed methodology is an exploratory study, with a qualitative and quantitative approach of a descriptive nature. The data collected from primary source will be through interviews with managers of the Campi researched, and the secondary data from documental and bibliographic research. The results obtained from secondary sources showed that there was a decrease in the performance of all Campi in the year 2015, when there was also budgetary contingency in the units, which indicates a correlation between performance and investments made. The analysis of the data aims on the Gibbs approach, which proposes the categorization of the data from a comparative analysis, in which the content of the interviews generates tables of information to demonstrate the vision of the speakers about the Federal Institute of Education.

Keywords: Interiorization. Indicators. Public administration. IFES. Education.

LISTA DE SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização
APL – Arranjo Produtivo Local
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFOR – Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância
EAF – Escola Agrotécnica Federal
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional Tecnológica
ETF – Escola Técnica Federal
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEWB – *Index of Economic Well-Being* / Índice de Bem Estar Econômico
IF – Instituto Federal
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil
SISU – Sistema de Seleção Unificada
TCU – Tribunal de Contas da União
TRI – Teoria de Resposta ao Item

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Evolução da Rede Federal de Educação	22
Figura 02 – Distribuição Geográfica dos Campi do IFES	26
Figura 03 – Evolução da Rede Federal de Educação no Espírito Santo	27
Figura 04 – Divisão Regional do Espírito Santo	55
Figura 05 – Cálculo da média do ENEM.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Resultado das escolas públicas de Aracruz em 2015.....	64
Gráfico 02 – Resultado das escolas públicas de Aracruz em 2014.....	64
Gráfico 03 – Resultado das escolas públicas de Aracruz – 2014/2015.....	65
Gráfico 04 – Resultado das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim em 2015.....	68
Gráfico 05 – Resultado das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim em 2014.....	69
Gráfico 06 – Resultado das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim – 2014/2015.....	69
Gráfico 07 – Resultado das escolas públicas de Nova Venécia – 2014/2015.....	71
Gráfico 08 – Resultado das escolas públicas de Piúma – 2014/2015.....	73
Gráfico 09 – Resultado dos Campi do IFES – 2014/2015.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Relação dos Campi do IFES implantados até 2014	27
Tabela 02 – As 4 Dimensões do Bem Estar Econômico	42
Tabela 03 – Estrutura das provas do ENEM	46
Tabela 04 – Amostra da Pesquisa.....	54
Tabela 05 – Resultado das escolas de Aracruz em 2015.....	63
Tabela 06 – Resultado das escolas de Aracruz em 2014.....	63
Tabela 07 – Resultado das escolas de Cachoeiro de Itapemirim em 2015	66
Tabela 08 – Resultado das escolas de Cachoeiro de Itapemirim em 2014	67
Tabela 09 – Resultado das escolas de Nova Venécia em 2015.....	70
Tabela 10 – Resultado das escolas de Nova Venécia em 2014.....	71
Tabela 11 – Resultado das escolas de Piúma em 2015.....	72
Tabela 12 – Resultado das escolas de Piúma em 2014.....	72
Tabela 13 – Resultado dos Campi do IFES em 2015.....	74
Tabela 14 – Resultado dos Campi do IFES em 2014.....	74
Tabela 15 – Relação entre o orçamento executado e as médias no ENEM.....	75
Tabela 16 – Avaliação da qualidade do ensino no Espírito Santo.....	77
Tabela 17 – A que atribuem os resultados no Enem em 2014 e 2015	78
Tabela 18 – Como enxergam a problemática das remoções e redistribuições	79
Tabela 19 – Sobre a interiorização da Rede e seus impactos nos indicadores.....	80
Tabela 20 – Contribuição do Ifes no desenvolvimento do município	81
Tabela 21 – Sobre a política de acompanhamento de egressos.....	82
Tabela 22 – Modelo do ifes na melhoria dos resultados das escolas públicas estaduais	83
Tabela 23 – Análise da viabilidade na instalação de campi do Ifes em todos os municípios do Estado do ES.....	84

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1 INTRODUÇÃO	14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA	18
1.5 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL	18
2. CONTEXTO DE APLICAÇÃO	20
2.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	20
2.2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	29
2.3 NECESSIDADE DE MANTER PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NO INTERIOR	31
2.4 PROBLEMÁTICAS DAS REMOÇÕES E REDISTRIBUIÇÕES	35
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	38
3.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO.....	38
3.2 ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO	44
3.3 SÍNTESE	49
4. PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS	51
4.1 CONCEITO DE PESQUISA.....	51
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	52
4.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	54
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	55
4.5 ANÁLISE DOS DADOS	57
4.6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	58
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS.....	61
5.1.1 Escolas do Município de Aracruz	62
5.1.2 Escolas do Município de Cachoeiro de Itapemirim	65
5.1.3 Escolas do Município de Nova Venécia	70
5.1.4 Escolas do Município de Piúma	72
5.1.5 Comparativo entre os campi do Ifes	73
5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS QUALITATIVOS.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	85
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXO	95

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com dimensões continentais e desigualdades vivenciadas por sua população que são também de grandes proporções. No que tange a educação, de acordo com a Agência Brasil (2015), dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) realizada com alunos do terceiro ano do ensino fundamental demonstraram que as regiões Norte e Nordeste possuem os piores resultados, haja vista que menos de 5% dos estudantes avaliados alcançaram o melhor nível na avaliação, enquanto nas regiões Sul e Sudeste do país mais de 30% dos estudantes alcançou o patamar.

Essas desigualdades vivenciadas na educação, passam por outras áreas como a social e também a de distribuição de renda e estão todas associadas de forma cíclica. Não havendo melhora na qualificação profissional dos cidadãos, dificilmente estes terão sua realidade social melhorada e conseqüentemente sua renda não crescerá.

De acordo com Goldemberg (1993) não há condições de educar de forma adequada uma criança sendo que sua família vive à beira da miséria, ou seja, para se resolver o problema da educação no Brasil não se trata apenas de abrir mais escolas, mas de criar condições favoráveis para que os alunos possam atender as aulas de forma satisfatória, estando em condições de absorver o aprendizado sem se preocupar com as dificuldades enfrentadas fora da escola. Trata-se, portanto de um problema de gestão pública que deve ser tratado de forma conjunta para se obter o resultado desejado de melhoria nos níveis de ensino.

Existem duas razões principais que incentivam as políticas públicas de desenvolvimento da educação básica no país. Segundo Goldemberg (1993), a primeira é a preparação para a cidadania, ou seja, os indivíduos poderem tomar consciência de seus deveres e direitos como cidadãos, no uso de serviços públicos, acesso a benefícios sociais, participação eleitoral, etc. A segunda razão, e que talvez seja a principal delas, advém do desenvolvimento tecnológico. A evolução cada vez mais rápida das tecnologias e a velocidade com a qual o conhecimento vem sendo propagado exigem cada vez mais qualificação da mão de obra. Com isso, a oferta de

educação básica que atenda a essas necessidades da sociedade tornou-se fundamental para o crescimento do país.

O acesso à educação pública no Brasil aumentou consideravelmente nos últimos anos devido à política de expansão da Rede Federal de Ensino. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC, 2012) entre os anos de 2003 e 2012 foram implantados mais de 200 novos **campi** de Institutos Federais em todo o país. Somente no Espírito Santo foram mais de 10 campi até 2012.

Essa expansão levou a Rede Federal para o interior dos Estados, num processo cujo objetivo foi de ampliar a oferta de ensino considerando as necessidades de cada região. Deste modo, enquanto em uma dada região se identificou a demanda pela formação de profissionais técnicos em mecânica, em outras regiões se observou a demanda por formar profissionais em Administração, Edificações, Agropecuária, entre tantas outras demandas que surgem pelo país e que puderam ser contempladas a partir da oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. A interiorização dessas instituições de ensino permitiu que o conhecimento chegasse com eficiência a estas localidades antes esquecidas, sem demandar que seus moradores – e moradores de cidades próximas – tivessem que se deslocar por longas distâncias para ter acesso a ensino técnico e profissionalizante em grandes centros.

Contudo, as instituições enfrentam uma realidade interna que prejudica a qualidade do ensino ofertado. Por desejarem estar próximos a grandes centros muitos servidores procuram por alternativas de mobilidade entre os **campi** das instituições, através de pedidos de remoção e redistribuição, que é semelhante a rotatividade de pessoal vivenciada pelas organizações do setor privado, haja visto que será necessário treinar um novo profissional para atuar nas atividades do campus e passar pelo período de adaptação do novo profissional – com a diferença de que esses profissionais das organizações públicas passam a atuar em outra unidade de ensino ainda vinculada ao MEC.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O desenvolvimento da educação básica deve ser entendido como uma questão prioritária para o fortalecimento da sociedade brasileira. A partir da formação de cidadãos conscientes e com uma base educacional sólida, o país terá condição de formar profissionais melhor qualificados para um mercado de trabalho exigente.

Grande parte das escolas no interior do país dispõe de recursos mínimos para trabalhar, docentes que precisam atuar muitas vezes em dois ou três turnos de trabalho, haja vista que a remuneração costuma ser bastante baixa para pagar este profissional, o acesso à tecnologia é bastante limitado, sem contar as limitações orçamentárias que são impostas. Com a ampliação da Rede Federal de Ensino, muitas cidades do interior passaram a ter acesso a essa modalidade de ensino. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC, 2015), dentre as 100 melhores escolas públicas no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2014, 77 eram escolas federais, sendo que a escola melhor colocada foi o Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Vitória. Muitas das escolas federais melhor qualificadas no Exame estão localizadas em cidades metropolitanas e possuem boas condições socioeconômicas.

Esse estudo tem foco nas escolas localizadas nos municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Piúma, todas cidades do interior do Estado do Espírito Santo. Como problema de pesquisa este estudo busca responder aos seguintes questionamentos: Qual o desempenho educacional do IFES em relação às demais escolas nos municípios em que atua no interior, de acordo com o resultado do ENEM e como a instituição pode contribuir para melhoria dos municípios em que atua em termos educacionais, econômicos e sociais?

Para responder a estes questionamentos foram levantados os resultados do ENEM realizados nos anos de 2014 e 2015 em 4 cidades distribuídas em todas as regiões do Espírito Santo, exceto a porção metropolitana da Grande Vitória. Os resultados de todas as escolas localizadas nessas cidades, que participaram do Exame, foram objeto de análise nesta dissertação. É importante frisar que os resultados alcançados nos anos de 2014 e 2015 são resultados do trabalho executado durante todo o ensino

médio, ou seja, o período de 3 ou 4 anos antecedentes ao exame.

1.3 OBJETIVOS

Este estudo teve como proposta de intervenção o desenvolvimento de políticas públicas que conduzam a melhorias na educação básica, bem como no fortalecimento da Rede Técnica Federal, a partir do IFES, como modelo a ser implantado em todo o Estado do Espírito Santo. Além disso, tem-se como alvo a proposta de federalização da educação básica, de modo a garantir acesso a instituições de ensino no padrão dos Institutos Federais a crianças de todos os municípios do Espírito Santo, tornando a educação, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, um direito de todos.

1.3.1 Objetivo geral

Essa pesquisa teve como objetivo geral:

Verificar porque o IFES apresenta melhor resultado no ENEM quando comparado às demais escolas nos municípios em que atua no interior e seu impacto no desenvolvimento local.

1.3.2 Objetivos específicos

Foram objetivos específicos deste estudo identificar:

- Como os gestores avaliam o avanço da rede federal no interior do estado;
- Porque há disparidade entre os resultados do IFES e as demais escolas públicas nos municípios pesquisados.
- Se a atuação do IFES contribui para melhorar indicadores de desempenho como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o ENEM.

- Se o modelo de ensino do Ifes seria viável para ser implantado em todo o Estado.

1.4 JUSTIFICATIVA

As instituições passam por diferentes estágios de crescimento até atingir a maturidade. Somente em municípios do interior do Espírito Santo, mais de dez campi de Institutos Federais de Ensino foram inaugurados desde 2010 através de política de expansão da Rede pelo Governo Federal, em um total de 21 campi em 2017. Essa expansão possibilitou que alunos de cidades do interior pudessem ter acesso a essas escolas, com professores atuando em regime de dedicação exclusiva, estrutura tecnológica, acesso a benefícios sociais, tais como auxílio alimentação, transporte e moradia, entre outros aspectos favoráveis ao desenvolvimento educacional.

Esse estudo se justifica por haver poucos estudos que tratam de comparar os resultados obtidos em escolas da rede federal em relação a escolas estaduais e municipais a partir de indicadores, bem como pela relevância desta temática num momento em que os desafios para o desenvolvimento da educação brasileira estão sendo amplamente debatido pela sociedade. Além disso, esse estudo pode servir de base para estudos futuros na área.

Por fim, este estudo é uma devolutiva à sociedade do investimento realizado na formação deste pesquisador, que acredita piamente que a educação básica de qualidade é o pilar para o desenvolvimento de qualquer população.

1.5 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL

Este estudo analisará o desempenho no ENEM, nos anos de 2014 e 2015, de escolas localizadas em 4 cidades do Espírito Santo em que há unidades do IFES. Esse recorte é importante para que a pesquisa seja realizada com a profundidade necessária à obtenção e tratamento dos dados.

Os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória não foram considerados na amostra, haja vista que este estudo buscou analisar a realidade vivenciada nos campi instalados em cidades do interior do estado, onde o acesso ao ensino técnico federal chegou apenas após 2003.

No futuro outros pesquisadores poderão expandir a pesquisa para todos os municípios do Estado que possuem unidades do Ifes, analisar isoladamente a realidade da Região Metropolitana da Grande Vitória ou ainda analisar a realidade dos Institutos Federais no país, gerando resultados abrangentes.

Embora não haja o intuito de discutir filosoficamente aspectos educacionais, mas de políticas públicas implementadas no âmbito do IFES em comparação com outras escolas, a filosofia invariavelmente tangencia esse estudo por se tratar da educação. Pretende-se com esse recorte, retratar a realidade da educação pública no Estado do Espírito Santo, haja vista que mesmo dentro deste Estado as disparidades em termos sociais e econômicas entre as regiões são grandes.

Na verdade há de se apontar que existe um gargalo referente a elaboração de estudos que abordem a temática do desempenho acadêmico, o que esta pesquisa se propôs a fazer. Nesse sentido, essa dissertação apresenta relevância acadêmica, por conduzir ao debate das ações implementadas pelas instituições de ensino e seu desempenho através de uma análise comparativa.

Também há relevância social neste estudo, que trás a luz o debate acerca da importância de se dar condições para que pessoas com baixa renda e pouca acessibilidade a ambientes de ensino, pesquisa e extensão a esse público, muitas vezes marginalizado. E há a relevância pessoal, haja vista que o pesquisador é servidor do Instituto Federal do Espírito Santo e vivencia constantemente a realidade aqui demonstrada.

2. CONTEXTO DE APLICAÇÃO

2.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A demanda por educação tecnológica existe no Brasil desde antes da época do império. Tavares (2012) aponta que certamente que não era assim denominada, uma vez que havia o entendimento de que se aprendia o trabalho simplesmente trabalhando e, como os detentores do poder desprezavam trabalhos braçais, estes eram executados pelos menos favorecidos, que não tinham necessidade de ser qualificados. Fonseca (1961, p. 68), aponta que “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”, tendo nos índios e escravos os primeiros aprendizes de ofícios, já que eram os trabalhadores que precisavam ser capacitados para que a Colônia pudesse ser estabelecida.

Em seguida o ciclo do ouro em Minas Gerais passou a demandar trabalhadores especializados para a cunhagem de moedas e fundição do metal. Diversos foram os momentos históricos brasileiros em que a demanda por profissionais com capacidades técnicas específicas ficou evidente.

Contudo, a história dos Institutos Federais começou a ser escrita somente em 1906, quando foram criadas as primeiras escolas para aprendizes e artífices no Rio de Janeiro e em 1909 o então presidente Nilo Peçanha criou a Escola de Aprendizes e Artífices, com 19 unidades em todas as regiões do Brasil, que chegaram até o ano de 2008 sendo denominadas Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma grande mudança na estrutura educacional brasileira, a partir da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Através da LDB o governo dividiu a responsabilidade pela educação no país com estados e municípios, ou seja, cada ente da federação poderia adotar diferentes medidas e políticas educacionais. Nesta divisão os municípios ficaram responsáveis pela educação básica, os estados pela educação de nível médio e à União caberia o desenvolvimento da educação de nível superior público e controle das instituições privadas de nível superior, bem como dar suporte a estados e municípios em suas necessidades específicas, visando minimizar

as desigualdades entre estados e regiões.

Tavares (2012, p. 7), afirma que esta reforma produzida pelo Governo, se deu “com objetivos claros de reduzir os gastos públicos e favorecer o empresariamento deste ramo de ensino pela rede privada”. A mudança nesta realidade viria apenas a partir do início do Governo Lula.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O artigo 6º da referida Lei determina a finalidade e características dessas instituições:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008)

Os Institutos Federais foram formados a partir da união “dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas Vinculadas à Universidades Federais”, de acordo com Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010, p.71-72). Essa união a partir da nova legislação significou o início do desenvolvimento de um projeto de ampliação da oferta de educação tecnológica no país, que viria a marcar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pondo fim a um longo período sem expansão dessa oferta, desencadeada por uma série de legislações, implementadas desde 1997, como o Decreto nº 2.208/97 e a Portaria nº 646/97, que proibiam o aumento da oferta de vagas nas escolas técnicas. Segundo Manfredi (2002, p. 294), a reforma desencadeada em 1997 tornou legal uma proposição de uma parte da sociedade, sem alcançar um ponto de equilíbrio, gerando, de um lado, “o dissenso quanto à sua implementação e, por outro, a desestruturação das redes de ensino preexistentes”.

A criação dos Institutos Federais veio, portanto, para derrubar essas normativas e garantir a expansão da Educação Profissional Tecnológica (EPT) pelo país. O processo havia sido iniciado em 2005, a partir do Plano de Expansão da Rede Federal

de Educação Profissional e Tecnológica. De acordo com Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), uma série de ações foram implementadas pelo Governo Federal para garantir a execução do Plano proposto como a construção de 65 novas unidades educacionais a partir de 2005, sendo que a partir de 2007, com o lançamento do Plano Nacional de Educação (PNE), a expansão da Rede Federal de Educação também foi beneficiada com o anúncio da construção de mais 150 unidades de ensino até 2009, o que representada um investimento anual de 750 milhões de reais em obras e outros 500 milhões de reais em verba de custeio e salários de professores e funcionários contratados por meio de concurso público.

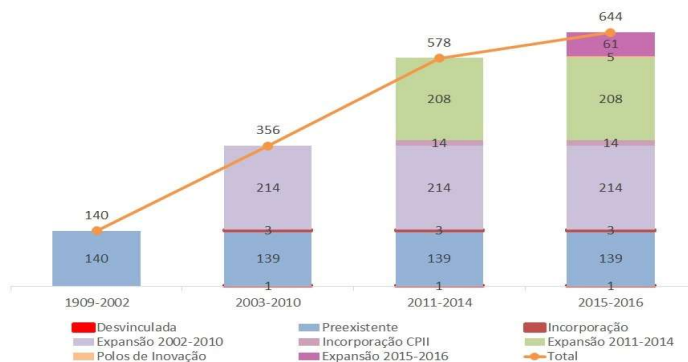
A ideia da criação dessas novas instituições surgiu no bojo do segundo mandato do presidente Lula, o qual, dentre outros aspectos, será marcado pela determinação do presidente em assegurar à educação e, particularmente, à educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas do seu governo. (PACHECO, PEREIRA, SOBRINHO, 2010, p.2)

A proposta de desenvolvimento da EPT no Brasil transforma antigas unidades de ensino descentralizadas e com pouca representatividade, em instituições robustas e com direcionamento para a verticalização do ensino. Essa transformação foi estabelecida no artigo 2º da Lei 11.892/2008 que versa da seguinte forma:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008a).

Hoje, de acordo com dados do MEC, existem 644 unidades da Rede Federal de Educação em operação no país, conforme Figura 01, a seguir.

Figura 01. Evolução da Rede Federal de Educação



Fonte: Site do Ministério da Educação.

A estrutura dos Institutos Federais, embora em alguns aspectos se assemelhe à Universidade, são distintas, podendo, na visão de Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), assumir uma forma híbrida entre Universidade e Cefet, e por isso mesmo sejam uma novidade desafiadora para a educação brasileira.

A proposta de criação dos Institutos Federais passa pela necessidade identificada pelo Governo Federal de oferta de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado. De acordo com Schultz (1973, p. 33) “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”.

A partir da Teoria do Capital Humano proposta por Schultz (1973, p. 35), o trabalhador passa a ser também o capitalista, não por possuir ações e direito de propriedade sobre as organizações, “mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” e que são vitais para o sucesso do empreendimento.

Enquanto destaca-se a vitória dos indivíduos que conseguem alcançar o seu bem-estar social por seu esforço e dedicação, essa teoria deixa de lado a análise de profundas desigualdades sociais e econômicas, que tiram de muitos a possibilidade de alcançar a prosperidade almejada. Neste sentido, a EPT passa a não ser importante apenas na formação de cidadãos aptos a exercer atividades profissionais em organizações que melhor paguem por seus bons préstimos, mas também é mister a atuação na formação social dos indivíduos, de modo que estejam atentos ao que se passa ao seu redor, no que tange seu semelhante, sua comunidade e nação, para que não se torne alheio a tudo e conhecedor apenas de suas necessidades individuais.

No entanto,

a natureza das transformações empresariais ocorridas neste final de século influencia fortemente o debate acerca do papel da educação e formação profissional. De um lado, ganharam relevância os argumentos direcionados à inadequação existente entre o sistema educacional e o aparelho produtivo. De outro, as hipóteses da teoria do capital humano terminariam sendo superadas com o pressuposto básico da empregabilidade e da incorporação plena do trabalhador aos ganhos do desenvolvimento econômico. (POCHMANN, 2001, p. 130).

A educação profissionalizante hoje se constitui como fator diferenciador. Se no passado era destinada aos desafortunados, hoje o acesso a EPT é disputado por estudantes de todas as esferas sociais com relação candidatos por vaga superiores a

muitos processos seletivos de grandes universidades. Essa procura se deve ao fato de a formação oferecida nos Institutos Federais dar aos estudantes condições de ser competitivos e produtivos no seu ramo de atuação. Esses estudantes recebem formação que os capacita não apenas para atuação profissional, mas para continuidade de seus estudos em outros níveis acadêmicos, se assim desejarem, concorrendo em condições iguais com estudantes de grandes redes privadas de ensino.

A educação passa a ocupar, junto com as políticas de ciência e tecnologia, lugar central e articulado na ponta das macropolíticas do Estado, como fator importante para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivas para a competitividade internacional. Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que hoje se colocam para as sociedades, ela é, sem dúvida, parte indisponível do esforço para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas (MELLO, 1998, p. 43).

O grande diferencial para o crescimento da Rede Federal e aumento da procura pela população, de acordo com Tavares (2012), deve-se à implantação de diversas unidades no interior dos estados brasileiros. Essa expansão é especialmente importante quando se pensa na função social dos IFs qual seja dar atenção ao “desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, como versa o parágrafo primeiro do artigo 6 da Lei 11.892/2008. Quando trata dessa temática, a referida legislação objetiva atender localidades antes esquecidas e que necessitam de fomentar a economia local para atrair investimentos e crescimento de oportunidades para a população.

A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência. (BACELAR, 2000, p.133)

A partir da abordagem de Bacelar (2000), podemos inferir que o combate às desigualdades deve ser um pilar para o desenvolvimento regional e local, e para que as políticas sejam efetivas é mister que haja aproximação com a comunidade em que o Instituto Federal está sendo inserido, de modo que se conheça as reais necessidades daquela população para que a atuação seja benéfica a quem necessita. Nesse sentido, a interiorização do ensino torna-se vital para que as diferentes

demandas existentes num mesmo estado sejam atendidas e todo arranjo produtivo local (APL) seja beneficiado com a política de desenvolvimento.

De acordo com Silva e Terra (2013), para que tenham condição de atuar no combate às desigualdades sociais os Institutos Federais devem ter relação próxima com as comunidades em que os campi são inseridos. Isso é especialmente importante para justificar a importância da expansão da Rede Técnica Federal, haja vista que o MEC elenca que o estreitamento com o território e contribuir para o desenvolvimento local são objetivos de ser dos IFs.

Os critérios estabelecidos pelo MEC no que tange à expansão da Rede Federal de EPT atendem a três dimensões, quais sejam: social, geográfica e de desenvolvimento. Quanto à social, destaca-se a universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania, programa do Governo Federal, lançado em 2008, cujo objetivo é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável; o atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100, grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1.000,00 e com mais de 80 mil habitantes; e municípios com percentual elevado de extrema pobreza. (Silva e Terra, 2013, p. 4)

Deste modo, o Ministério da Educação, através dos Institutos Federais visa diminuir as diferenças de oportunidades pelo país, levando a localidades que antes não tinham acesso a tríade ensino, pesquisa e extensão, estrutura adequada para que projetos de interesse local possam ser desenvolvidos, beneficiando a região. De acordo com dados do TCU (2013), cerca de 85% das unidades dos Institutos Federais estão localizadas fora das capitais dos estados brasileiros, sendo que 176 desses campi estão instalados em municípios com menos de 50.000 habitantes, o que reforça a concepção de que a interiorização do ensino é uma realidade.

Somente no estado do Espírito Santo, o Instituto Federal do Espírito Santo possui 21 campi, sendo 16 deles fora da região metropolitana do estado, além de um Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância (CEFOR). Essa estrutura atende a cerca de 20.000 estudantes em diversas modalidades de ensino, desde o ensino médio integrado a cursos técnicos, cursos técnicos concomitantes e subsequentes, passando por diversas modalidades de graduação e cursos de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu* realizados, em alguns casos, em parceria com outras instituições de ensino pelo país.

Figura 02. Distribuição geográfica dos Campi do IFES.



Fonte: sítio eletrônico do IFES

De acordo com o site do Ifes, até 2008 havia 9 campi espalhados pelo estado: Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Itapina, Santa Teresa, São Mateus, Serra e Vitória. Em 2008, foram inaugurados mais 3 campi no estado, nos municípios de Aracruz, Linhares e Nova Venécia, sendo os dois primeiros localizados na região Central do Estado e o último na região Norte.

No ano de 2010 mais três unidades foram inauguradas: os campi Guarapari, Piúma e Venda Nova do Imigrante. Em 2011, foram inaugurados os campi de Ibatiba e Vila Velha. Em 2014 mais 4 campi foram inaugurados no Espírito Santo: Barra de São Francisco, Centro Serrano (localizado no município de Santa Maria de Jetibá), Montanha e Viana, que iniciou suas operações vinculado ao Campus Cariacica.

A tabela 01 abaixo demonstra a evolução no quantitativo de unidades do Instituto Federal do Espírito Santo. No início de 2008 eram apenas 9 campi, e seis anos depois, em 2014, o Ifes estava estruturado com as 21 unidades citadas, além da Reitoria e do CEFOR, onde são desenvolvidos treinamentos e projetos de educação à distância. Dentre os 12 campi inaugurados no Ifes no período, 5 estavam localizados na região metropolitana do estado do Espírito Santo, sendo o restante em cidades do interior (3 na região norte, 2 na região sul, 2 na região Central), algumas com menos de 30.000 habitantes, como o Campus Montanha, município localizado no extremo norte do

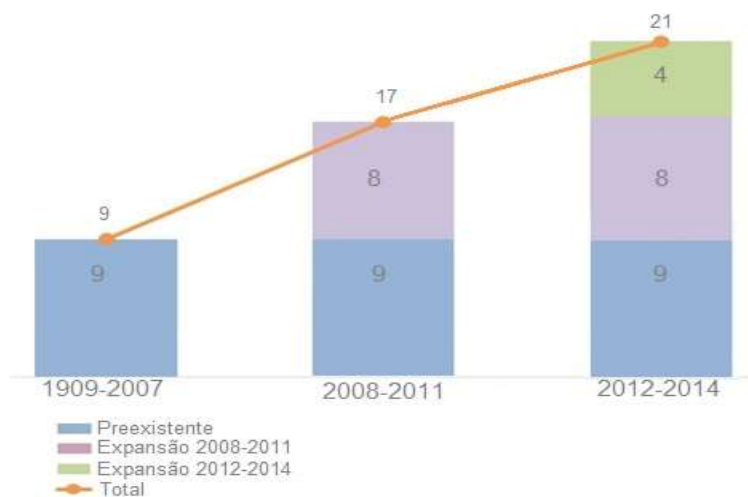
estado.

Tabela 01. Relação dos Campi do IFES implantados até 2014

	Até	2008	2010	2011	2014	Total
Região Metropolitana	4		2	1	2	9
Região Norte	1	1			2	4
Região Central	2	2				4
Região Sul	2		1	1		4
TOTAL NO ES	9	3	3	2	4	21

Fonte: sitio eletrônico do Ifes. Elaboração Própria

Figura 03. Evolução da Rede Federal de Educação no Espírito Santo



Fonte: sitio eletrônico do Ifes. Elaboração Própria

A tabela 01 acima demonstra que a implantação das unidades do Instituto Federal no Espírito Santo a partir de 2008 primou pela interiorização do ensino no estado, sendo que desde 2008, dentre as 5 unidades que foram inauguradas na região metropolitana do Estado, apenas duas se localizam na Grande Vitória, enquanto as demais regiões do interior do estado tiveram 7 novos campi implantados no período.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (MEC/SETEC, 2008, p.34)

A instalação destas unidades no interior está de acordo com a política estabelecida na criação dos Institutos Federais e pode contribuir significativamente para a

diminuição das desigualdades em termos de desenvolvimento educacional, social e econômico, posto que a presença das unidades de EPT nos municípios interioranos permite que a população tenha acesso a ensino, pesquisa e extensão, por meio de convênios e parcerias entre as instituições de ensino e os governos municipais, estaduais e federais para o desenvolvimento de projetos na região.

Mesmo com todas as dificuldades, a expansão da Rede Federal possibilitou que estudantes de cidade com IDH baixo pudessem ter acesso as escolas federais. Gadrey e Jany-Catrice (2006) apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano é formado pela média de três indicadores (PIB, expectativa de vida ao nascer e o nível de instrução da população) e faz a classificação do país, ou da localidade, em uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo a 1, melhor a condição de vida da população.

De acordo com dados do PNUD (2017), o Brasil possui um IDH de 0,75, o que o coloca na 79ª posição em um ranking que possui 188 países. Os valores representativos dos IDHs dos municípios capixabas em que estão implantados os Campi do IFES objetos desta pesquisa estão listados abaixo, e foram elaborados e divulgados no ano de 2013 pelo PNUD (2017) a partir do recenseamento realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Aracruz – 0,752

Cachoeiro de Itapemirim – 0,746

Nova Venécia – 0,712

Piúma – 0,727

De acordo com o PNUD (2017), os resultados obtidos por estes municípios podem ser classificados como alto, uma vez que as classes estabelecidas, numa escala de 0 a 1, são as seguintes:

Muito alto: de 0,800 a 1;

Alto: de 0,700 a 0,799;

Médio: de 0,600 a 0,699;

Baixo: de 0,500 a 0,599;

Muito baixo: de 0 a 0,499.

2.2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Para definição de quais cursos cada Instituto Federal deve ofertar nos diversos campi, o MEC adotou o critério de análise dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2013 , p. 1),

são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Quando se fala em aglomerados de organizações, ou de *clusters*, na definição em inglês, deve ser feita a associação com a noção de “redes”, ou seja, organizações atuando em conjunto e toda a cadeia produtiva sendo beneficiada na relação que gera melhoria para a economia local. Desta feita pode-se definir os APLs como “concentração setorial e espacial de firmas com ênfase em uma visão de empresas como entidades conectadas nos fatores locais para a competição nos mercados globais” (SCHMITZ, NADVI, 1999).

As abordagens clássicas da Administração posicionam a empresa como elementos isolados e desconectos de outras organizações. Já as abordagens contemporâneas apontam para a relevância cada vez maior da formação de redes estratégicas que permitam que a empresa se vincule vertical e horizontalmente com outras organizações, tais como fornecedores, clientes, parceiros, concorrentes e outros tipos de entidades. Deste modo, a organização não se limita a seu espaço físico, funcionários e acionistas, mas tem seu conceito de estrutura organizacional integrado

a realidade de seus *stakeholders* que se tornam parceiros quando se firma a concepção de APL. Quandt (2016) aponta que “enquanto o conceito da estrutura tradicional abrange uma única organização, na rede o contexto se amplia para as relações simultâneas e interdependentes entre organizações de naturezas distintas”.

A análise do APL permite que se tenha real noção de que tipo de relações comerciais as organizações localizadas em determinadas regiões executam, em detrimento de outras que poderiam ser praticadas em outra região, e essas relações comerciais são importantes para o desenvolvimento da economia local. Tomemos como exemplo uma região que tem na exploração do petróleo o centro de sua economia. Os negócios ao redor devem estar vinculados ao atendimento da cadeia produtiva do petróleo para que o arranjo produtivo local atenda a demanda existente por produtos e serviços.

Da Silva, Ortega e Botelho (2016) apontam que apenas em 1999 que as primeiras ações utilizando a abordagem dos arranjos produtivos locais foi utilizada no Brasil, no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo incluídas no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, como parte de ações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na promoção de projetos de cooperação entre Governo Federal e estados na promoção do desenvolvimento regional. No entanto as ações eram isoladas, e sem um eixo condutor integrador. Somente no Governo Lula, a partir de 2003, que políticas com essa visão de reequilibrar crescimento e desenvolvimento regional e social foram retomadas, o que culminou, entre outras ações, com a criação dos Institutos Federais da forma como se apresentam atualmente.

A atuação do Ifes, na identificação dos APLs pode ser caracterizada, de acordo com Jacometti (et al., 2016), como efetivação de política pública, uma vez que se trata de ação que conduz ao desenvolvimento local e setorial no intuito de contribuir para o crescimento sustentável da economia, gerando aumento de vantagens competitivas para as organizações e conduzindo a melhoria socioeconômica de uma região.

Nesse sentido, quando o MEC adota a análise do APL para definição dos cursos a serem ofertados nos campi dos Institutos Federais, o objetivo que se apresenta é pela formação de mão de obra que possa ser absorvida pelo mercado e ainda pela oferta de mão de obra que o mercado necessite e que não tenha sido antes identificada a necessidade de oferta. Mais que atender as demandas de mercado, os Institutos

Federais tem a missão de atuar junto a sociedade local para identificar suas necessidades inclusive de cunho social, haja vista que visa formar profissionais críticos e conscientes de sua responsabilidade no meio em que se inserem.

“Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotar a elas”. (PACHECO, 2012, p. 67)

A interiorização dos Institutos Federais pelo país veio para contribuir significativamente para a melhoria das condições dos APLs em regiões antes esquecidas, passando a ofertar formação técnica e em nível superior, contribuindo para a redução das desigualdades no país. Para que essa contribuição seja efetiva é necessário, que as opções pelos cursos ofertados estejam, portanto, de acordo com as demandas locais e regionais, de modo a cumprir com a razão de ser destas instituições.

2.3 NECESSIDADE DE MANTER PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NO INTERIOR

A expansão da Rede Federal gerou oportunidades para que profissionais qualificados em diversas áreas pudessem atuar tanto na docência, quanto na gestão dos Institutos Federais no interior do país. Tratam-se de profissionais muitas vezes possuidores de títulos de mestrado e doutorado, que passaram a atuar no interior dos estados em regime de dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esses profissionais enfrentam uma realidade totalmente nova quando passam a atuar no Instituto Federal, uma vez que, em sua grande maioria, são advindos de escolas estaduais e municipais, no caso dos docentes, e de pequenas empresas privadas, no caso dos servidores técnico administrativos em educação. Ao iniciar a atuação no IF o que se percebe é o foco pela verticalização do ensino, ou seja, desde a base do ensino médio técnico profissionalizante, passando pela graduação e chegando a pós-graduação.

De acordo com Pacheco, Pereira, Sobrinho (2010), essa estrutura organizacional exige mudança no perfil dos profissionais que atuam na Rede, haja vista que lidar com o conhecimento de forma verticaliza, demanda a superação do “modelo hegemônico disciplinar”, em que prevalece a força da autoridade sobre a razão, para que os alunos possam desenvolver sua autonomia, sendo criativos e podendo absorver conteúdo didático atualizado e contextualizado.

Não é mais suficiente o padrão do artesanato, quando o mestre da oficina-escola se apresentava como espelho que o aluno praticamente deveria adotar como referência. Superado também está o padrão da escola-oficina, que impunha ao aluno a aplicação de séries metódicas de aprendizagens. Instrutores recrutados nas empresas, segundo o padrão de que para ensinar basta saber fazer, apresentam grandes limitações não somente pedagógicas, mas também teóricas com relação às atividades práticas que ensinam (MACHADO, 2008, p. 15).

É mister salientar as peculiaridades do trabalho realizado nos Institutos Federais para que tenha a real dimensão das dificuldades enfrentadas por profissionais para se adaptar à esta estrutura organizacional. Não se exige apenas que o profissional detenha o conhecimento para que possa desempenhar suas atribuições, mas que este profissional tenha grande capacidade adaptativa para lidar com as tecnologias que se apresentam, buscar atualizações constantes, ter que lidar com cobranças por melhoria de desempenho e entrega de resultados constantemente, além de mudar suas vidas, saindo por vezes de cidades estruturadas para passar a atuar em municípios que carecem de muitos serviços básicos inclusive.

No entanto, muitos desses profissionais não demonstram interesse em permanecer no interior, fixando moradia e se estabelecendo plenamente nas localidades para as quais foram nomeados, vivendo muitas vezes em dois endereços, um durante os dias de trabalho no interior e outro nos fins de semana em sua residência original, caracterizando aquilo que Grisci (et al., 2006) classifica como nomadismo involuntário.

Na busca por melhores ganhos financeiro, os indivíduos vivem em constante deslocamento, sem se preocupar em fixar raízes, num contraponto ao que era pregado algumas décadas atrás em termos de estabelecimento familiar e planejamento de longo prazo. O ritmo acelerado leva esses profissionais a buscarem o que lhes parece melhor naquele momento. De acordo com Grisci (et al., 2006, p. 28) “os sujeitos migram de cidade a cidade, de empresa a empresa, em busca de uma condição melhor, mas não chegando a nenhum lugar: encontram-se à deriva como

nômades involuntários.”

Esse movimento não é benéfico para as escolas e também gera bastante desgaste aos profissionais que se deslocam muitas vezes por grandes distâncias regularmente, sofrendo não apenas desgaste físico, mas também social e emocional, haja vista que têm restrição de acesso a pessoas de sua convivência habitual, bem como limitações de oferta de atividades culturais e sociais nas cidades do interior.

Partindo do princípio apontado por Nascimento (2015) de que a educação pública se trata de um produto de consumo coletivo, sendo um serviço oferecido à população visando a produção de mão de obra qualificada para atuar nos diversos setores econômicos do país, o trabalho executado pelos docentes nas instituições da Rede Federal segue o mesmo diapasão, com demandas de produção elevada, tanto na oferta do ensino, quanto na necessidade de produzir pesquisas e desenvolver projetos de extensão, gerando grande acúmulo de trabalho a esses profissionais.

Com isso, se torna evidente que a interiorização do desenvolvimento através da educação e do ensino, visa levar ao interior do país a estrutura e oportunidades que os estudantes dispõem nas grandes cidades, no entanto, não há na grande maioria das cidades do interior condições ambientais adequadas para os docentes se desenvolverem plenamente. Faltam muitas vezes condições básicas em infraestrutura de serviços públicos nas localidades em que as unidades de ensino são implantadas, as unidades não gozam de folga orçamentária para adquirir itens necessários para realização das atividades, como equipamentos de laboratório, ou custeio de visitas técnicas, além de as condições de lazer e vida social serem bastante limitadas, o que leva a precarização do trabalho docente nessas unidades, razão pela qual muitos profissionais buscam remoção para outras instituições com melhor estrutura.

De acordo com Nascimento (2015, p. 3),

a sensação de desproteção faz atribuir ao local de trabalho e moradia a percepção de inospitalidade em face da deficitária cobertura e do baixo padrão de qualidade na oferta de serviços públicos e até privados, minimamente no âmbito dos direitos sociais à saúde, educação e lazer (incluindo o acesso à cultura), bem como, a prestação de serviços públicos essenciais de interesse local, de competência municipal, como o transporte coletivo.

Assim, a escassez de estrutura elementar para suprir as demandas profissionais e as necessidades sociais rotineiras nos municípios do interior, comprometem a qualidade do ensino superior público, uma vez que a carga

social do trabalho docente provoca desgastes à sua saúde e tolhem sua capacidade de produção.

Segundo Faria e Alencar (1996), o ambiente deve ser propício para que os indivíduos possam desenvolver suas criatividade, isto é, o ambiente influencia decisivamente como inibidor ou estimulante à criatividade, sendo necessário um equilíbrio em termos familiares e profissionais, seja numa instituição educacional ou quaisquer outras organizações.

Os servidores que passam a atuar nas unidades do interior e mantém residência em outra localidade, seja por necessidade de trabalho de cônjuges, escola de filhos ou por razões de estrutura de saúde ou outros fatores, enfrentam por vezes os problemas ambientais abordados por Nascimento (2015) ao mesmo tempo em que têm que entregar produção acadêmica cada vez maior, numa lógica progressista visando a produção constante de conhecimento e de reprodução da força de trabalho.

Não há nesse sentido preocupação com o social e com o bem-estar comum. A atividade de ensino, pesquisa e extensão é desenvolvida no âmbito público, com foco no atendimento das necessidades mercantilistas do setor privado visando, pela lógica de Nascimento (2015, p. 4) “promover o desenvolvimento local e regional, como estratégia de desenvolvimento nacional sustentável, nos moldes da globalização neoliberal”.

A alienação e a utilidade predominam no cotidiano das práticas nas escolas e nas universidades. Tornam-se elementos fundamentais da heterogestão, da intensificação e precarização do trabalho e do adoecimento e/ou estresse do professor.

Os professores universitários tendem a desenvolver uma auto imagem enaltecida, a qual os instiga ao produtivismo acadêmico e à busca por prestígio, com consequências prejudiciais à vida sociofamiliar, à saúde e às relações de trabalho. Os da Educação Básica, por sua vez, apresentam sentimentos de abandono e de desprezo frente ao descaso ao qual são submetidos, ao mesmo tempo em que sofrem e adoecem por serem destituídos dos meios objetivos de atingir os desempenhos e metas proclamados. (Pinto e Silva et al., 2012, p. 381)

O sentimento de abandono apontado por Pinto e Silva (2012) não se limita aos docentes, mas se estende ainda aos servidores técnico administrativos da Rede Federal, haja vista que as limitações impostas em termos estruturais e de atendimento das necessidades pessoais em face do que é demandado para ser executado em curto espaço de tempo, em relação ao reconhecimento pelo esforço empregado não se equilibram, gerando grande estresse e desacreditação no trabalho que

desenvolvem.

2.4 PROBLEMÁTICAS DAS REMOÇÕES E REDISTRIBUIÇÕES

Por todos os desafios enfrentados ao atuar em *campi* do interior, muitos servidores buscam alternativas de mobilidade definitiva através de pedidos formais de remoção para outros *campi* da mesma instituição, ou ainda através de pedidos de redistribuição, quando a transferência é solicitada para outro Instituto Federal, ou outro órgão que possua o mesmo cargo.

A Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, no seu artigo 36, diz que a remoção “é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede”. No que tange a redistribuição, a mesma Lei, em seu artigo 37 versa que “é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC” observando preceitos como interesse da Administração, equivalência de vencimentos, manutenção das atribuições do cargo, entre outros, para que o pedido seja aceito.

Ambos processos rotineiramente são longos e complexos. Isso ocorre porque os pedidos passam por diversas instâncias dentro do Instituto e necessitam de parecer de chefias vinculadas ao servidor que pleiteia a remoção ou redistribuição, bem como pareceres advindos do *campus* para o qual o servidor pede para atuar. A maior complexidade para que se efetive a remoção ou redistribuição do servidor reside na disponibilidade de vaga para contratação no *campus* de destino.

Ainda que a unidade que irá perder aquele servidor e a unidade que deseja receber o servidor entrem em acordo quanto a mobilidade, caso não haja vaga disponível no destino, a operação costuma ser interrompida. Num cenário em que os recursos para a educação vêm sendo contingenciados ano após ano, essa liberação de novas vagas para contratação de servidores torna-se bastante limitada.

Quando o processo de mobilidade do servidor é aceito e há disponibilidade de vaga

no campus de destino, os gestores assinam os termos de acordo e tem-se a publicação de documento legal que autorize que esse servidor deixe o *campus* em que atua e se apresente, normalmente num prazo de até 30 dias, no *campus* de destino. Todo esse processo gera para as unidades do interior problemas gerenciais que devem ser administrados com cautela. Muitos gestores, inclusive, buscam limitar o acesso de servidores a programas de mobilidade por estarem familiarizados com as dificuldades que a remoção e a redistribuição geram.

Ao se remover um servidor para outra unidade interrompe-se um ciclo de trabalho. Servidores técnico administrativos em educação recebem treinamento específico para atuar em suas áreas, participam de cursos custeados pela Administração, e conseqüentemente se tornam conhecedores da rotina do trabalho executado. Um docente tem contato com as turmas de alunos, segue o planejamento anual e a ementa das disciplinas que ministra, bem como faz controle de notas e de desempenho de seus estudantes. Quando esses servidores conseguem remoção, o trabalho que executam são interrompidos, considerando que não há garantia de que os docentes, por exemplo, sejam removidos apenas durante os recessos escolares, período no qual, geralmente, estão de férias, o que legalmente impede a remoção até que estejam de volta ao trabalho. Com a interrupção de seus trabalhos o andamento das atividades do *campus* é prejudicado, um novo servidor deve ser então treinado para realizar as atividades na unidade.

Considerando as dificuldades vivenciadas pelos *campi* de interior no que se relaciona a mobilidade de servidores, muitos Institutos Federais vêm baixando normativas estabelecendo regras rígidas para que os servidores consigam ter seus pedidos atendidos. Existe a expectativa, por parte dos gestores, de que os servidores passando a se envolver com a comunidade na qual passam a atuar possam se interessar por fixar raízes naquele lugar, haja vista que ao prestar concurso se dispuseram a atuar ali. Essa temática é bastante controversa e ainda pouco debatida em estudos acadêmicos, embora seja uma situação que gera conflitos, porque gestores não desejam que os profissionais atuem insatisfeitos em suas unidades, ao mesmo tempo em que necessitam dos profissionais com suas capacidades plenas para que as atividades sejam desempenhadas de modo a atender os princípios que regem a Administração Pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo está calcada na análise de indicadores e índices de desenvolvimento que poderiam ser adotados na realização da pesquisa que este estudo propõe. Foram selecionados quatro indicadores/índices principais: O Produto Interno Bruto (PIB), O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Bem Estar Econômico (IEWB, da sigla em inglês), e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os três primeiros serão analisados comparativamente, haja vista que, como a literatura apresentada deve demonstrar, eles possuem relação e existem debates na comunidade acadêmica quanto a melhor aplicação desses indicadores/índices em determinado contexto. Já o ENEM será analisado separadamente, por ser uma ferramenta que se aplica exclusivamente a realidade brasileira, para avaliar os estudantes brasileiros em fase de conclusão do ensino básico.

3.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Alguns autores vêm incentivando o uso de diferentes indicadores de desenvolvimento, além do Produto Interno Bruto (PIB), para demonstrar com maior precisão a realidade das contas nacionais. Gadrey e Jany-Catrice (2006) trazem uma abordagem bem organizada de um quadro conceitual para análise dessas contas nacionais. Esta proposta considera não apenas indicadores econômicos, como o PIB, para medir a riqueza de uma nação, mas considera indicadores de desenvolvimento social e humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além de indicadores como o Índice de Bem Estar Econômico (IEWB, na sigla em inglês), entre outros que os autores consideram importantes para obter uma visão completa da situação do país em estudo, mas que não tem aplicação no contexto Brasileiro.

As riquezas de um país podem ser medidas não apenas pela sua produção industrial ou volume de vendas realizadas no mercado, ou ainda pela sua balança comercial, que apresenta o saldo entre exportações e importações. Gadrey e Jany-Catrice (2006) apontam que outras variáveis devem ser consideradas, ainda que não levadas em

conta no âmbito do PIB (Produto Interno Bruto), que seria o fluxo de “riqueza econômica” produzida por uma nação.

Os autores apontam a importância do bem-estar como fator a ser levado em conta, bem como a importância de se considerar o incremento ou degradação dos recursos naturais na contabilidade nacional.

A destruição organizada da floresta Amazônica é uma atividade que faz avançar o PIB mundial. Em parte alguma contabiliza-se a perda do patrimônio natural que resulta disso, nem suas consequências sobre o clima, a biodiversidade, o longo prazo e as necessidades das gerações futuras. O PIB não contabiliza as perdas do patrimônio natural, mas contabiliza positivamente sua destruição organizada. (GADREY E JANY-CATRICE, 2006, p. 38-39)

Quando se fala em degradação ambiental deve-se levar em conta o prejuízo ao bem estar social, porque há perda de patrimônio comum para benefício de alguns, ou seja, ao mesmo tempo que há geração de riqueza para organizações e para o país, há perda para outros grupos de interesse. Segundo Gadrey e Jany-Catrice (2006), deve-se atentar para outros fatores além do econômico, para auferir a riqueza de uma nação.

Nesse sentido, Benkler (2015) fala do compartilhamento de informação em rede como uma realidade que deve ser considerada na economia e que gera impactos sociais relevantes acima de tudo. Não há por parte do autor defesa do fim das estruturas econômicas como elas existem, mas de se considerar as interações sociais que se fundamentam em interesses compartilhados por indivíduos para satisfação de suas necessidades pessoais e de seus semelhantes nas localidades em que se encontram, como parte importante da estrutura econômica, com finalidade de construir uma comunidade mundial mais igualitária.

Gadrey e Jany-Catrice (2006) trazem o exemplo dos canadenses que em 1998, quando perguntados se a situação econômica global vivenciada por sua geração era melhor ou pior que a que seus pais viveram quando tinham a mesma idade, apenas 44% consideravam que viviam melhor situação, mesmo com um PIB per capita 60% maior. Isso evidencia que o PIB não é uma métrica da situação real vivenciada pela população de um país.

Corroborando esta visão, Sen (1999) diz que a população da China, Kerala (Índia) e Sri Lanka possui condições de vida melhores e mais saudáveis que a população de

países como o Brasil e África do Sul, mesmo tendo um PIB per capita inferior. Thiry (2015), aponta que existe um consenso sendo estabelecido de que a medida do crescimento do PIB não é capaz de refletir a realidade social do desenvolvimento global, haja vista que foca apenas no fator econômico, deixando de lado questões como distribuição de renda, qualidade de vida da população, acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, segurança, educação, entre outros, que seriam determinantes para verificar se aquela nação realmente é rica, ou se apenas alguns membros desta nação são abastados enquanto a grande maioria possui necessidade que não são supridas.

A economia de mercado é colocada como um elemento determinante ao desenvolvimento das sociedades livres modernas, garantindo a igualdade de oportunidades. No entanto, à medida que as redes de comunicação globais vão sendo ampliadas, a percepção de realidades distintas vai sendo evidenciada e a igualdade pregada não se verifica. Por exemplo, sabe-se que no Congo cerca de 49% da população não tem acesso garantido a água potável, uma realidade vivenciada em muitos países. Nesse sentido vem crescendo o interesse pelo desenvolvimento de políticas que primem pelo bem estar universal da humanidade. (BENKLER, 2015)

Essa preocupação latente com aspectos do bem estar comum, extrapolando os interesses econômicos, levou a concepção do Índice de Desenvolvimento Humano. Segundo Dawalibi (et al., 2014), trata-se de um indicador proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utilizado para segmentar os países em desenvolvidos, em desenvolvimento e sub desenvolvidos. Para o cálculo do IDH são considerados dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita, ou seja, esse indicador apresenta uma visão ampla da realidade de cada país ao ir além das considerações relacionadas a produção econômica.

Nas classificações globais que adotam o PIB como referência, Cicaré e Farac (2014) dizem ficar evidente que a posição de uma nação em termos de PIB per capita, nem sempre corresponde a posição que ocupa em termos de Desenvolvimento Humano, IDH; ou seja utilizar somente indicadores monetários como medida de desenvolvimento, propicia uma classificação diferente a uma nação, daquela que seria atribuída se fossem incorporadas outras variáveis.

O IDH reflete, segundo Benkler (2015, p. 356), “a capacidade das pessoas para levar uma vida longa e saudável, bem como o acesso ao conhecimento e recursos materiais suficientes para adquirir um padrão de vida decente”. Países como o Brasil, que possui a segunda maior concentração de renda do mundo (DAWALIBI ET AL., 2014), embora tenham níveis de produção crescente não veem essa riqueza refletida na qualidade de vida de sua população.

Mais do que conhecer a renda de um país, portando, é necessário saber como essa renda é distribuída e se a população tem acesso a serviços de saúde, saneamento, educação, etc., bem como verificar as condições de trabalho a que são submetidas e sua qualidade de vida, opções de lazer, entre outros aspectos. (DAWALIBI ET AL., 2014).

Nesse sentido, o Índice de Bem Estar Econômico (IEWB – *index of economic well-being* – na sigla em inglês), vem ganhando força como um indicador capaz de substituir o PIB, considerado limitado, como referência na medida da riqueza de um país. Três aspectos principais levam a esta consideração à respeito do IEWB: primeiro pelo fato de considerar os resultados obtidos (consumo) em vez da produção monetária; segundo, por integrar questões de distribuição de renda; e terceiro, por contabilizar estoques ao invés dos fluxos. Este índice, pensado por Lars Osberg em 1985 e inicialmente implementado por Osberg e Sharpe em 1998, é um exemplo de criatividade e inovação, que reflete a realidade do mundo atual, haja vista que por considerar consumo ao invés de produção, o IEWB foca em resultados. Ao levar em conta a distribuição de renda, ele integra a dimensão da desigualdade e pobreza em sua análise da conjuntura nacional. (THIRY, 2015).

Osberg e Sharpe (2002), apresentam o IEWB, portanto, como um indicador ideal de bem estar econômico, constituído por quatro dimensões principais, apresentadas na Tabela 02, abaixo.

Tabela 02. As 4 Dimensões do Bem Estar Econômico

Fluxos de consumo per capita efetivo	Consumo de bens e serviços comercializados e fluxos per capita efetivos de produção doméstica, lazer e outros bens e serviços não comercializados.
Acumulação líquida de estoques de recursos produtivos	Acumulação líquida de capital tangível, estoques habitacionais e bens de consumo duráveis, variações líquidas no valor das reservas de recursos naturais; Custos ambientais, variação líquida do nível de endividamento externo; Acumulação de capital humano e investimento em pesquisa e desenvolvimento.
Distribuição de renda – pobreza e desigualdade	O nível da pobreza (incidência e profundidade) e a desigualdade de renda;
Segurança/Insegurança econômica	Nível de segurança econômica em relação ao risco da perda de emprego e do desemprego, doenças, ruptura da família, pobreza na velhice.

Fonte: Osberg e Sharpe (2002). Elaboração própria.

A quarta dimensão proposta por Osberg e Sharpe (2002) é considerada por Gadrey e Jany-Catrice (2006, p. 121) como a mais original, haja vista que “a insegurança econômica é definida como a ansiedade causada pela incapacidade de ser protegido contra as possíveis perdas econômicas subjetivamente significativas”.

Esse índice atribui pouca relevância a sustentabilidade, ou variáveis ambientais. Gadrey e Jany-Catrice (2006) apontam que por ser um índice apresentado como “aberto ao debate público” poderia tornar-se “verde”, ou seja, dar maior ênfase a importância desse aspecto. Por ser um índice que apresenta dimensões de bem estar da população, a preocupação com a sustentabilidade e consequente manutenção dos ambientes naturais para as futuras gerações deveria ser uma preocupação latente, uma vez que as agressões constantes que o meio ambiente natural vem sofrendo coloca em risco esse futuro.

Por agregar aspectos monetários e não monetários, Segundo Thiry (2015), o IEWB aglutina em uma análise elementos metodológicos que estão disseminados em uma variedade de indicadores adotados atualmente. A autora aponta ainda que as implicações da adoção de fatores monetários, ou quantitativos, não é clara. Ou seja, há um grande risco ao se adotar indicadores monetários, como o PIB, para se analisar e decidir políticas a serem implementadas para atender necessidades práticas de comunidades em geral, sem estar consciente dos impactos que tal escolha teria na “vida real”. A análise sistemática de um indicador composto como o IEWB pode

responder a esta falta de clareza, por envolver ambas dimensões.

Dialga e Giang (2017) apontam que o uso de indicadores sintéticos possui críticos, por seus aspectos metodológicos de agregação de informações poderem ser subjetivos, o que leva os críticos a questionar a legitimidade desses indicadores como embasamento na tomada de decisão para políticas públicas. Por isso, se faz necessário demonstrar sempre como se dá a organização dos dados, haja vista que esses indicadores são importantes para dar suporte a ações pragmáticas. Nesse sentido, a disseminação de novas pesquisas e debates quanto a construção e melhoria desses indicadores torna-se, numa sociedade de comunicação, cada vez mais essencial.

No Brasil, o uso de indicadores compostos ainda é bastante limitado, haja vista que o PIB ainda é tomado como medida de riqueza com ampla aceitação social, embora surja movimento de mudança dessa perspectiva. Junqueira e Polli (2016) apresentaram um estudo no qual analisaram o impacto econômico e social da implantação de duas indústrias automobilísticas na cidade de São José dos Pinhais, localizada na Região Metropolitana de Curitiba. A pesquisa apontou que o impacto econômico quando analisado o incremento do PIB municipal ficou evidente, com grande aumento dos resultados municipais pelo indicador, passando a ocupar a segunda posição no estado, no ano de 2012. No entanto, no mesmo período, os indicadores sociais, em termos de educação, longevidade, qualidade habitacional, nível de emprego e renda, entre outros, não apresentaram melhora significativa, dadas as projeções feitas quanto da implantação das unidades fabris. Ou seja, de acordo com os dados obtidos, o incremento da qualidade de vida da população não acompanhou o grande aumento do PIB e da receita do município, conseqüentemente.

Junqueira e Polli (2016) concluem que o aumento da riqueza gerado pela maior produção industrial, que tomou áreas doadas pela prefeitura, mesmo parte delas sendo inicialmente de proteção ambiental, não gerou retorno em termos de bem estar para a população em geral, mas para um pequeno grupo “elitizado”, que já gozava de posição privilegiada socialmente antes mesmo da implantação das indústrias.

Embora indicadores macroeconômicos de desenvolvimento econômico sejam largamente aceitos como propulsores do desenvolvimento humano local, Marino (et

al., 2016) diz que nem sempre essa relação é observada. A geração de retorno do crescimento em prol da população depende da eficácia do governo, ou seja, quanto melhor for a governança da máquina pública, melhores serão os resultados do desenvolvimento humano no país.

Kaufmann e Kraay (2008) apontam que não há indicador que possa fornecer uma medida exata da realidade de um país. No entanto, a utilização de indicadores compostos pode auxiliar na compreensão da qualidade da governança de um país e no entendimento dos aspectos que devem ser melhorados.

Quando se analisa os índices de desenvolvimento socioeconômicos de um país, de acordo com Marino (et al., 2016), há efetiva contribuição para avaliação das ações governamentais e possibilidade de proposições de melhoria das políticas públicas em vigência, o que auxilia na resolução de problemas específicos identificados através da análise dos indicadores e conseqüente melhoria geral do desenvolvimento socioeconômico local.

3.2 ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma avaliação anual, implementada em 1998, que avalia por meio de uma prova de múltiplos conhecimentos, o desempenho de alunos no último ano do ensino médio do Brasil, ou seja, alunos que estão concluindo a chamada Educação Básica. (INEP, 2016).

Segundo Castro (2009), o exame não é obrigatório, mas visa verificar as habilidades e conhecimentos obtidos pelos alunos no decorrer do ensino básico. O diferencial do ENEM é que as questões são interdisciplinares e contextualizadas à realidade do país. O ENEM não apenas atua como uma verificação para auto avaliação, como também se torna uma métrica adotada em diversas faculdades e universidades pelo país para classificação dos aprovados nas seleções para cursos de nível superior, sendo adotado como critério de classificação para programas elaborados pelo Governo Federal de apoio a educação superior.

São objetivos do ENEM, segundo o INEP:

- I – Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II – estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mercado de trabalho;
- III – estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e à Educação Superior (INEP, 1999)

O ENEM se propõe a ser uma análise para que os estudantes realizem uma auto avaliação dos conhecimentos absorvidos durante a educação básica e que devem embasar suas escolhas no futuro, de acordo com suas preferências e aptidões, em termos de carreira profissional e continuidade dos estudos em nível de graduação e pós graduação.

De acordo com Real e Moreira (2016), este exame funciona como garantia constitucional de acesso aos mais elevados níveis de ensino no país. Além disso, os autores ressaltam diversas decisões proferidas por Tribunais Superiores no sentido de conferir certificação de conclusão do ensino médio, considerando o bom rendimento dos estudantes no Exame Nacional, sendo denominada de maioria intelectual, no âmbito jurídico, quando o estudante comprova obtenção de notas acima da média no exame, mesmo sem ter concluído o ensino médio.

A estrutura do ENEM privilegia o aluno que possui formação holística, ou seja, aquele aluno que busca conhecimento além da sala de aula, haja vista que as questões são relacionadas a temas da atualidade, exigindo concentração e raciocínio para que sejam corretamente respondidas, não havendo espaço para respostas decoradas de determinada matéria, dada a interdisciplinaridade das questões.

Em 2009, foram implementadas mudanças na matriz de referência do ENEM, bem como no tamanho e formato das provas. Esse novo modelo do exame, de acordo com Cintra, Marques Júnior e Sousa (2016) tornou-se o meio de acesso a diversos programas governamentais de auxílio financeiro para investimento na formação acadêmica dos cidadãos.

Real e Moreira (2016) ressaltam o potencial de contribuição do ENEM para o acesso à educação superior por jovens e adultos que não concluíram o ensino médio no prazo

convencional. Embora consideradas as dificuldades em retomar os estudos, a realização de prova contextualizada, não deixa o conhecimento engessado em matérias específicas nas quais esse público pudesse encontrar maior complexidade de assimilação. Esses cidadãos passam a ter acesso a iniciativas públicas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSu), o que lhes permitiria acessar as universidades públicas do país.

O PROUNI “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas”. Já o SiSu é o sistema gerenciado pelo MEC “pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”, ou seja, só é possível ao indivíduo ter acesso a essas iniciativas governamentais se o mesmo prestar a prova do ENEM (MEC 2017).

A estrutura da prova do exame, até o ano de 2015, foco deste estudo, foi dividida em quatro áreas de conhecimento, conforme Tabela 03, abaixo. O ENEM é composto por quatro provas, com 45 questões cada, além de uma redação de temática atual.

Tabela 03. Estrutura das provas do ENEM

Área do Conhecimento	Disciplinas
Linguagens, Códigos e suas tecnologias e Redação em Língua Portuguesa	Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física
Ciências Humanas e suas tecnologias	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia
Matemática e suas tecnologias	Matemática

Fonte: Inep (2016). Elaboração própria.

EM 1998, ano da primeira edição do ENEM, 157.221 pessoas realizaram o exame. Em 2015, de acordo com o INEP (2016) esse número chegou a 8.478.096, ou seja, em 17 anos o quantitativo de pessoas que prestaram esse exame aumentou mais de 53 vezes. Esse aumento pode ser explicado pela inclusão dos resultados do Enem como parâmetro para seleção das faculdades e universidades brasileiras e, de acordo com o MEC (2017), algumas instituições portuguesas passaram a adotar os resultados do exame em suas seleções.

As notas dos alunos e, conseqüentemente, as médias das escolas tendem a variar consideravelmente a cada ano, devido a modelagem adotada pelo INEP para calcular as notas no exame. O INEP utiliza a modelagem da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Essa modelagem em termos práticos, calcula os resultados conforme a complexidade das questões face os indivíduos que prestam o exame, ou seja, questões que são gabaritadas por mais alunos recebem peso menor que as questões que menos alunos acertam. Essa metodologia permite inclusive que se considere a possibilidade de um aluno marcar aleatoriamente as questões, sem a certeza de estar correta ou não a marcação. (INEP, 2011).

Até mesmo o acerto casual (chute) é previsto na TRI. Tomando como exemplo uma prova do Enem de 45 questões, que permitem acerto casual: se duas pessoas acertarem 20 questões – se não forem as mesmas 20 questões – dificilmente elas terão a mesma nota. Não porque uma questão tenha 'peso' maior que a outra, mas porque o sistema está montado de forma que quem acertou itens dentro de um padrão de coerência tenha notas melhores. Há um algoritmo estabelecido para cada traço que o item deverá medir. (INEP, 2011).

Andrade e Soida (2015) apontam que as médias das escolas, divulgadas pelo INEP, vem sendo utilizada para construção de um ranking nacional de escolas do ensino médio. Para chegar a média por escola, o INEP considera a média das notas de todos os alunos daquela instituição que prestaram o exame naquele ano. Logo, as escolas que possuem as maiores médias alcançam posições mais altas no ranking nacional, sendo este o único indicador de desempenho das escolas de nível médio do país.

A média da nota do Exame Nacional é fornecida aos alunos – e as escolas em que declaram ter concluído o ensino médio – que prestam as quatro provas objetivas, com 45 questões cada, além da redação. A nota obtida será equivalente a uma média ponderada das quatro provas objetivas, que têm o mesmo peso (12,5%), além da prova de redação (50%). A construção do ranking nacional, se baseia na média aritmética simples do somatório das notas das provas objetivas, além da nota da redação dos alunos de determinada escola. (ANDRADE, SOIDA, 2015).

Uma análise dos resultados do ENEM elaborada por Silva, Lamb e Barbosa (2016), apontou que as pontuações obtidas pelos alunos que prestam o ENEM, quando analisadas estatisticamente, formam uma Curva de Gauss, apresentando distribuição normal dos dados. No entanto, quando analisados os dados das escolas, que leva em conta o nível econômico médio dos alunos das instituições de ensino, ficou

demonstrado que não há formação da curva gaussiana, mas de uma distribuição com um pico principal seguida de uma menor “corcunda”, que seria melhor ajustada se fosse realizada uma distribuição bimodal, ou seja, com duas modas distintas para gerar análises mais adequadas a realidade.

O resultado da análise realizada deixa claro que o ENEM é projetado para identificar habilidades que são mais comuns de serem desenvolvidas em escolas economicamente mais favorecidas. Uma explicação possível levantada foi de que por se tratar de uma prova extensa, exige daqueles que prestam o exame treinamento para passar longos períodos concentrados naquele objeto. Logo, normalmente apenas escolas mais caras teriam condições de capacitar os alunos para este nível de preparação. (SILVA, LAMB, BARBOSA, 2016).

A partir da inclusão do Exame Nacional do Ensino Médio como instrumento de seleção por universidades do país, houve uma adesão e divulgação cada vez maior do exame pela grande mídia nacional. Neto e Silva (2013) apontam que hoje existe o que denominam de validação social do ENEM na sociedade brasileira e, com isso, a imprensa, ao dar ampla divulgação aos resultados do exame, utiliza os resultados como atestado de boa qualidade do ensino médio, ou evidência de que algo necessita ser melhorado.

Das 100 melhores escolas classificadas, apenas 11 são públicas e seus resultados podem ser explicados pela seleção dos melhores alunos. São escolas técnicas federais ou vinculadas a universidades públicas, altamente seletivas, que representam menos de 2% do total de matrículas de ensino médio público, sob a responsabilidade dos Estados que atendem a mais de 8 milhões de alunos. (CASTRO, 2009, p. 10).

Esse resultado apontado por CASTRO (2009), referente ao ENEM de 2008, evidencia a grande lacuna que existe entre ensino público e privado em termos de entrega de resultados e conseqüentemente de acessibilidade às universidades por meio do SiSu. Ressalta ainda a relevância dos Institutos Federais na formação dos estudantes, dada sua capacidade de figurar entre as melhores escolas do país na classificação apresentada.

O ENEM é importante ainda por incentivar o debate de temáticas ligadas a raça, religião e classes sociais. Almeida e Sanchez (2016) ressaltam que vem sendo aperfeiçoada gradualmente a qualidade da inserção dessas temáticas nas provas do

exame. No caso das temáticas ligadas a cultura e história negra, os autores ressaltam que até 2008 havia recorrente referência ao trabalho escravo nas questões como ponto a ser observado, haja vista que existem tantos outros aspectos da cultura afro que eram deixadas de lado na elaboração de questões relacionadas ao tema. A partir de 2009, no entanto, o exame passou a apresentar questões que faziam referências as lutas e resistência dos movimentos negros no Brasil e no exterior, o que demonstra a melhora na variabilidade de conteúdos e interesse na polemização das temáticas abordadas.

O ENEM é hoje o método mais amplamente utilizado para se avaliar a qualidade do ensino na conclusão do ensino básico. Segundo Haguette, Pessoa e Vidal (2016) quando se pensa no conceito de qualidade, deve-se considerar um conjunto de elementos que vão além da aprendizagem de sólidos conteúdos cognitivos, passando ainda pela incorporação de formação ética, política e emocional, que prepare o aluno para atuar no mercado de trabalho ou seguir seus estudos em nível superior, mas também que permita o exercício da plena cidadania, convívio social e felicidade pessoal, para realização do aluno enquanto indivíduo.

Sabe-se que a métrica do ENEM é um conceito limitado para avaliar a qualidade escolar, considerando que a absorção de conteúdos suficientes para alcançar um desempenho satisfatório no Exame Nacional é pouco quando se considera o todo da formação que é preconizada na Lei nº 9394/1996, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, conforme apontado por Haguette, Pessoa e Vidal (2016, p. 611), o ENEM “é o critério utilizado para certificar o Ensino Médio, a entrada no Ensino Superior e na avaliação e comparação das escolas de Ensino Médio entre si”, sendo importante ferramenta para auferir, respeitadas suas limitações, a qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

3.3 SÍNTESE

Este estudo utilizará prioritariamente os dados obtidos junto ao INEP referentes aos resultados do ENEM, em 2014 e 2015. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) e o Índice de Bem Estar Econômico (IEWB) apresentem elementos relacionados a medida do desenvolvimento da educação e pudessem ter sua aplicação nesta pesquisa, não serão adotados porque não seria possível verificar variação, seja positiva ou negativa, em seus resultados, porque não têm aplicação regular no Brasil.

A última medição do IDH foi realizada em 2013, de acordo com dados do PNUD (2017), obtidos junto ao IBGE através da realização do recenseamento realizado em 2010 no país. Se houvesse medição anual, seria plausível verificar se houve modificação nesse índice nos municípios em que o IFES atua no interior, principalmente considerando o potencial de impacto da instituição na educação em municípios com menos de trinta mil habitantes. No entanto, apenas a perspectiva do impacto que a instituição poderia gerar nesse índice será verificada junto aos gestores das unidades escolares durante as entrevistas.

O IEWB sequer é aplicado no país, sendo uma abordagem canadense que vem ganhando força entre os acadêmicos como um índice completo que deveria ser utilizado em grande escala por verificar aspectos da realidade de uma nação que são ignorados na análise do Produto Interno Bruto (PIB). Este último, será utilizado apenas como medida de crescimento econômico dos municípios pesquisados, haja vista que é o único que possui atualização anual, dada a facilidade de aglutinação dos dados, embora não apresente vínculo direto com a realidade vivida pela população, tão pouco seja uma medida de desenvolvimento da educação.

O ENEM, torna-se nesse contexto o único indicador capaz de apontar modificação nos resultados obtidos pelas escolas brasileiras – e estudantes – na conclusão do ensino médio. A oscilação dos resultados obtidos com o passar dos anos permite a verificação de melhora ou piora da classificação das escolas em seus municípios e pode ser utilizada para identificar que áreas de estudo precisam ser exploradas.

4. PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

4.1 CONCEITO DE PESQUISA

Gil (2007, p. 17) caracteriza a pesquisa como sendo um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O autor afirma que a pesquisa se faz necessária quando verifica-se uma problemática para a qual não existem soluções ou informações suficientes para proposição de soluções.

Deste modo, o intuito da pesquisa é investigar o ambiente em que o indivíduo está inserido, identificando algum problema existente neste ambiente e através da verificação da realidade buscar respostas para este problema, para que se gere conhecimento a respeito do tema pesquisado. Esse conhecimento gerado agrega valor para o pesquisador e também para a sociedade, haja vista que a pesquisa gera benefícios ao apresentar o caminho ou a resolução em si do problema estudado.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 155) a pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.”

Alinhado a este pensamento, as autoras mencionam que a pesquisa tem como base um pensamento reflexivo com tratamento científico para conhecimento da realidade ou quase verdades pesquisadas.

Neste capítulo é apresentado o embasamento teórico acerca do método escolhido, a descrição dos critérios utilizados na escolha do objeto estudado e, em seguida, os procedimentos a serem realizados na coleta e análise dos dados.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

As pesquisas podem ser classificadas em quantitativa e qualitativa. A visão quantitativa consiste numa linha de pesquisa mais apropriada para análises estatísticas, ou seja, é mais utilizada para estudos que possuem necessidade de quantificação de dados obtidos pela pesquisa. Como afirma Richardson (1999, p. 70), este método:

caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto das modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples [...], às mais complexas.

Isto posto, é certo que a investigação quantitativa possui como objetivo maior, a garantia do resultado, para que se evite distorções das análises e das interpretações das informações colhidas. Com efeito, pode-se destacar que o estudo quantitativo procura seguir com rigor um plano previamente estabelecido com o intuito de traduzir o estudo em números para analisá-los.

Pesquisas com enfoque quantitativo possuem como vantagem o fato de utilizarem instrumentos padronizados, como os questionários, que permitem o pesquisador confrontar a partir de dados numéricos o seu problema de pesquisa.

O enfoque qualitativo, que tem se afirmado como uma grande esperançosa possibilidade de pesquisa, não costuma empregar instrumentos numéricos ou estatísticos para análise dos dados. Os dados vêm através do contato direto do pesquisador com a análise da situação objeto do estudo.

Na investigação qualitativa o pesquisador utiliza a interpretação da realidade para solucionar o problema proposto, qual seja o observado durante o desenvolvimento do trabalho. Pode-se afirmar que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

Analisando as pesquisas que empregam a metodologia qualitativa, Richardson (1999, p. 80), relata que tais estudos

podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos

dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos [...]

Este estudo possui natureza mista, ancorada na abordagem de Vergara (2009), por considerar que atende a diversas características desta pesquisa, como o fato de se tratar de um estudo de natureza exploratória, que segundo Vergara (2004, p. 47.) “é realizado em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, haja vista que poucos estudos foram implementados para analisar o impacto da implantação do Instituto Federal em diversos municípios do Espírito Santo..

Com efeito, a pesquisa exploratória é bastante utilizada, já que serve como início de coleta de dados dos trabalhos científicos, pois uma de suas finalidades é justamente o aprimoramento de ideias ou a descoberta de hipóteses para o estudo.

Foi realizada análise dos resultados do ENEM nos anos de 2014 e 2015, bem como entrevistas com gestores de Campi do IFES localizados no interior do Estado do Espírito Santo.

Este estudo é de natureza descritiva, pois se propõe a investigar o que é, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. As pesquisas descritivas, para Gil (2007, p.42):

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na atualização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Um levantamento bibliográfico foi realizado, buscando fontes e trabalhos que dessem subsídios para que a correta interpretação dos fatos fosse possível. Gil (2007), aponta que a pesquisa bibliográfica baseia-se em material previamente elaborado, na forma de livros e artigos, principalmente, e sua principal vantagem seria possibilitar ao pesquisador acessar uma gama de informações maior do que conseguiria pesquisando diretamente. Neste sentido, esse estudo buscará colher a maior quantidade de dados secundários possíveis para dar embasamento à análise que será realizada.

Em suma, este trabalho é caracterizado como sendo um estudo exploratório, com

inserção do pesquisador no campo de estudo – haja vista que, segundo Gil (2007) o estudo de campo objetiva o aprofundamento das questões propostas –, no qual sua pesquisa qualitativa e quantitativa será de natureza descritiva, seguindo a metodologia sugerida pelas abordagens dessa classificação.

4.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo de pesquisa, ou população, é definido por Gil (2007) como o total de elementos de um grupo, que guardam características comuns. Já a amostra refere-se a um grupo dentro do universo, como um subconjunto. Para realização da pesquisa, portanto é fundamental determinar com clareza a amplitude da amostra, de modo que o pesquisador tenha condições de realizar o estudo planejado.

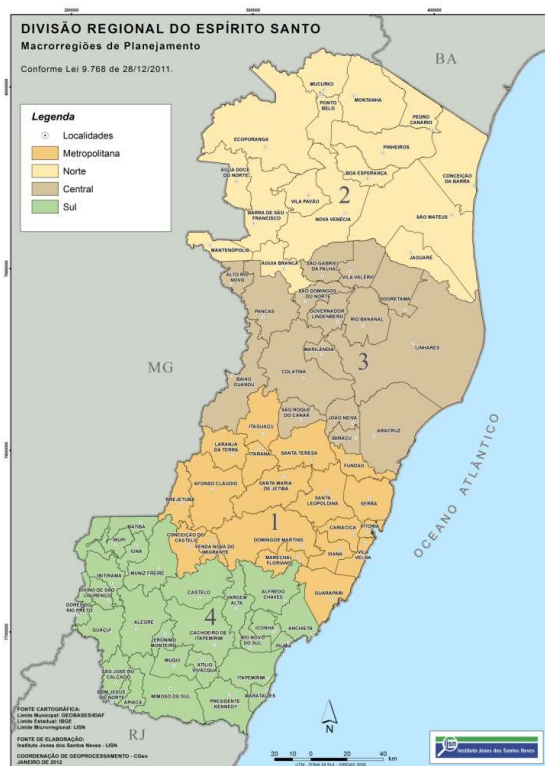
Esse estudo será realizado no âmbito do Estado do Espírito Santo, tendo como universo de pesquisa o Instituto Federal do Espírito Santo. O IFES possui 22 unidades, considerando a amplitude e também que algumas dessas unidades ficam localizadas na região da Metropolitana da Grande Vitória, que não é objeto de estudo desta pesquisa, a amostra estudada será composta por 5 campi do IFES localizados no interior do Estado do Espírito Santo, conforme a Tabela 04 abaixo. Não foram contemplados no estudo os municípios pertencentes a macrorregião Metropolitana pelo viés de análise da realidade do interior do estado. A definição desta amostra considerou a disposição territorial dos campi, contemplando as regiões central, norte e sul do Espírito Santo, de acordo com a Lei nº 9.768 de 28 de dezembro de 2011, conforme Figura 03 abaixo, de elaboração do Instituto Jones dos Santos Neves.

Tabela 04. Amostra da Pesquisa

MUNICÍPIO EM QUE ESTÁ LOCALIZADO O IFES	MACROREGIÃO DO ESPÍRITO SANTO
Aracruz	Central
Cachoeiro de Itapemirim	Sul
Nova Venécia	Norte
Piúma	Sul

Fonte: elaboração própria

Figura 04. Divisão Regional do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2012)

No capítulo de análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa foram apresentados aspectos demográficos, econômicos e sociais dos municípios pesquisados. Esses dados foram importantes para entendimento da realidade vivenciada pelos campi nas diferentes regiões do Espírito Santo. O conhecimento desse contexto visa facilitar a compreensão dos resultados obtidos.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Existem duas formas de obter dados para uma pesquisa. Os dados já consolidados e disponíveis para acesso imediato são denominados dados secundários. A outra forma de se obter dados para uma pesquisa é coletando-os diretamente através dos diversos instrumentos de coleta de dados disponíveis, esses são denominados dados

primários (MATTAR, 1996).

Este estudo foi realizado a partir da obtenção de dados primários e secundários. Os dados secundários, foram obtidos através de levantamento documental dos indicadores produzidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), além do Portal da Transparência do Governo Federal.

Segundo Severino (2007, p. 122), podemos entender o levantamento documental como:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Os dados primários foram obtidos através da intervenção direta do pesquisador no campo de estudo, com utilização de entrevistas. De acordo com Gil (2007), as entrevistas podem ser mais ou menos estruturadas, dependendo do objetivo do pesquisador. As entrevistas estruturadas contam com roteiro pré-estabelecido, sem haver espaço para trocas de opiniões. Na entrevista semiestruturada há maior liberdade do pesquisador e, embora haja roteiro pré-estabelecido, este formato permite aprofundar o diálogo. Outro formato é o de entrevista livre, onde não há roteiro de perguntas definido previamente, sendo muito utilizado para pesquisas que visam conhecer a história de vida ou situações singulares vividas pelo entrevistado e que podem contribuir para a pesquisa do entrevistador.

Neste estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores dos 5 Campi do IFES que serão pesquisados. Para justificar a opção por este formato, trazemos a luz os estudos de Lakatos e Marconi (2003) no qual apontam que a entrevista semiestruturada, diferentemente da entrevista estruturada, permite maior aproximação entre entrevistador e entrevistado, o que facilita a condução da entrevista para a direção necessária dependendo da evolução da entrevista. Este aspecto é importante para ampliar o horizonte de entendimento das questões propostas no roteiro inicial, que deverá estar alinhado com os objetivos de pesquisa.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta pesquisa foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa (mista), a fim de obter um panorama abrangente da amostra pesquisada. Para tal, inicialmente foi realizado o levantamento documental e, posteriormente realizadas as entrevistas tendo como pano de fundo os dados obtidos no levantamento, que apontaram a atuação do IFES frente as outras escolas instaladas nos municípios.

Foram adotadas duas fases de análise e tratamento dos dados. Na primeira, os dados obtidos foram tabulados a partir da pesquisa documental. Para tanto, utilizando a estatística descritiva foram produzidos gráficos e tabelas para facilitar o entendimento dos dados verificados. De acordo com Freund e Simon (2000, p.14), a estatística descritiva “compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados”. Foram utilizadas as médias das provas objetivas na construção dos gráficos e tabelas deste estudo, tanto para o ano de 2014, quanto para o ano de 2015. Para tanto, foram somadas as médias das escolas em cada uma das quatro áreas temáticas das provas objetivas para obtenção da média aritmética simples.

Gil (2007) aponta que o uso da estatística tem representatividade na pesquisa quando está alinhada com o referencial teórico do estudo, para isso o pesquisador deve proceder a vinculação entre os resultados obtidos empiricamente com as teorias que sustentam sua pesquisa. Esta pesquisa buscou estabelecer nexos entre os dados obtidos na pesquisa documental e a metodologia adotada por Gadrey e Catrice (2006) no que tange a análise de indicadores de desenvolvimento.

A segunda fase, consistiu na inserção no campo para captar impressões e realizar entrevistas com os gestores dos Campi. Primando pela ética na pesquisa com seres humanos, todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, além de terem suas identidades preservadas sendo denominados neste estudo como Entrevistado A, Entrevistado B, e assim sucessivamente.

A análise dos dados realizados neste estudo se baseou na proposta de Gibbs (2009), na qual o autor apresenta uma metodologia para a análise comparativa, que guarda

semelhança com o desenvolvimento da análise do discurso, diferenciando-se na proposta de elaboração de tabelas de características qualitativas para apresentação dos dados obtidos.

A elaboração de tabelas em análise qualitativa não é estruturada para demonstrar dados numéricos, mas textos que permitem comparação dos dados obtidos na pesquisa. Gibbs (2009, p. 103) diz que “as tabelas qualitativas são uma forma conveniente de mostrar texto proveniente de todo o conjunto de dados, de uma forma que facilita uma comparação sistemática”. Para sua elaboração, é necessária a transcrição dos dados obtidos e reprodução de parte deles de forma organizada no corpo das tabelas.

Essas comparações, segundo Gibbs (2009) facilitam o entendimento do relacionamento entre as falas dos entrevistados com os dados obtidos na pesquisa documental, uma vez que a categorização dos dados permite compreender as relações entre fatores, fenômenos, contextos, casos e assim por diante. Para isso é realizada codificação dos dados, a partir da qual os dados são agrupados e relacionados sistematicamente.

Assim, a cada uma das respostas nas entrevistas foram ligadas a procedimentos referentes aos objetivos da pesquisa. Esta ação almejou exprimir certa objetividade e homogeneização aos critérios de análise a fim de auferir a realidade do objeto de estudo.

4.6 PERCURSO METODOLÓGICO

A construção deste estudo se deu num contexto de bastante instabilidade econômica, política e social no Brasil. Momento no qual a educação estava no foco de um debate sobre a qualidade do ensino no país, considerando os resultados obtidos pelos estudantes em exames de desempenho escolar.

Pensou-se inicialmente em estabelecer um estudo analisando a melhoria – ou queda – nos indicadores de desempenho e qualidade de vida utilizados ao redor do mundo.

No entanto, verificou-se que há bastante limitação na oferta desses dados no país, sendo que o Censo realizado em 2010, seria o último grande volume de dados disponíveis, que possibilitaria fazer uma análise de cenários considerando municipalidades e micro regiões, o que seria inviável considerando-se o lapso temporal e consequente defasagem dos dados. Diversos indicadores e índices foram considerados, no entanto nenhum deles apresentava dados suficientes de modo que se encaixasse no escopo da pesquisa, viabilizando sua utilização.

Foi considerado ainda fazer análise utilizando o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), no entanto esse índice possui caráter censitário, ou seja, ele apresenta um recorte geral, sem permitir separar os resultados por escola, o que levou a utilização do ENEM, haja vista que nos anos de 2014 e 2015 foram divulgados os resultados por escola, o que viabilizou a análise aqui apresentada. É mister salientar que esses resultados de 2014 e 2015 foram os últimos divulgados até esse momento.

Inicialmente a pesquisa considerava cinco municípios capixabas, de modo que todas as micro regiões fossem atendidas. No entanto, partindo do princípio de que o estudo se propõe a efetuar um levantamento da realidade no interior, excluindo a região metropolitana, o município de Guarapari, que havia sido considerado, foi retirado do arcabouço da pesquisa após o exame de qualificação, por pertencer geograficamente a região metropolitana da Grande Vitória.

A realização desta pesquisa ainda teve bastante complexidade na realização das entrevistas. Houve bastante dificuldade em realizar o agendamento das entrevistas com os gestores porque essa pesquisa foi construída num momento de transição de gestão no Instituto Federal do Espírito Santo, por isso os gestores que estavam deixando a gestão estavam envolvidos na transição e tiveram dificuldades em encontrar tempo para participar deste estudo, de modo que o pesquisador chegou a se deslocar e ao chegar ao local da entrevista o pesquisador não estava, ou não podia atender naquele dia, houveram casos de entrevistas serem marcadas e desmarcadas, entrevistados que deram o aceite, mas não respondiam, além de diversos contatos que sequer foram respondidos. No entanto, apesar das dificuldades verificadas, as entrevistas foram realizadas.

Por fim, é válido ressaltar as diferenças regionais dentro de um estado tão pequeno como é o Espírito Santo. Embora todas as regiões possuam campi do Ifes, fica latente

a disparidade econômica e social entre as regiões, o que se demonstra também nos resultados obtidos no ENEM e na visão dos gestores sobre situações comuns a todos os campi.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados identificados na pesquisa, obtidos a partir de fontes primárias, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a pessoas que atuaram na gestão dos campi do Ifes pesquisados, no período de 2010 a 2015 – período de impacto da pesquisa, haja vista que os resultados obtidos nos Exames são fruto do trabalho construído durante todo o ensino médio – e também fontes secundárias de dados.

Esses dados secundários foram obtidos a partir de documentos elaborados pelo INEP, no qual foram apresentados os resultados do ENEM por escola, e também foram utilizados dados extraídos do Portal da Transparência, portal mantido pelo Governo Federal.

Os dados secundários receberam tratamento estatístico e foram divididos por município e também foi realizada a compilação dos resultados dos Campi do IFES e apresentada uma análise da correlação entre os resultados obtidos no ENEM com o orçamento executado nos exercícios de 2014 e 2015.

É mister salientar que não estudam no IFES apenas alunos que residem nos municípios em que os campi são instalados, mas também alunos que residem em outros municípios, geralmente na mesma região, considerando o arranjo produtivo local, fazem parte do corpo discente da escola, logo o benefício em termos de distribuição do conhecimento é disseminado para outros municípios, ainda que em menor escala, já que o acesso é menos acessível que para alunos que residam no município em que se instala o campus.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Para produção dos gráficos e tabelas representativos do desempenho das escolas no ENEM nos anos de 2014 e 2015 foi realizada a compilação dos resultados disponibilizados pelo INEP. Inicialmente foi feita a análise confrontando os resultados das escolas em cada ano, e a seguir a análise realizada foi do desempenho comparando a evolução dos resultados de um ano para o outro. Para esta análise foram somadas as notas médias obtidas em cada uma das quatro provas objetivas

para em seguida extrair a média aritmética simples da prova objetiva geral, conforme a Figura 04, abaixo.

Figura 05. Cálculo da média do ENEM

$$\bar{X} = \frac{(P1+P2+P3+P4)}{4}$$

Fonte: INEP. Elaboração própria.

Onde:

X-barra = Média aritmética

P1 = Provas de Linguagens, códigos e suas tecnologias

P2 = Provas de Ciências Humanas e suas tecnologias

P3 = Provas de Ciências da Natureza e suas tecnologias

P4 = Provas de Matemática e suas tecnologias.

Foi realizada ainda a análise entre os Campi do Ifes objetos de pesquisa, desconsiderando quaisquer outras escolas. Essa análise objetivou verificar a variação de desempenho entre as escolas nas diferentes regiões do Estado do Espírito Santo considerando ainda o orçamento executado nas unidades escolares. Todas essas análises foram separadas por município e a análise comparativa entre os campi apresentada numa outra sessão deste capítulo.

5.1.1 Escolas do Município de Aracruz

Aracruz é um município localizado na macroregião Central do Espírito Santo. De acordo com dados do IBGE (2017) possui população estimada em 98.393 pessoas. A economia do município está calcada na indústria, com foco na exploração de celulose, e também logística, possuindo um dos maiores portos do estado. O IDH do município na última análise, em 2010, era de 0,752. O município possui a sexta maior renda per capita entre os municípios do estado.

Foram identificadas 13 (treze) escolas no município de Aracruz que tiveram alunos prestando o ENEM nos anos de 2014 e 2015. Do total de escolas do município, 8(oito)

eram da rede pública e 5(cinco) pertencentes a rede privada de ensino.

Tabela 05. Resultados das escolas de Aracruz em 2015

ESCOLA	PRIVADA/ PÚBLICA	MÉDIA 2015
1 IFES - CAMPUS ARACRUZ	PÚBLICA	627,90
2 CE CASA DO ESTUDANTE	PRIVADA	609,25
3 CE DARWIN ARACRUZ	PRIVADA	599,39
4 CE DE ARACRUZ	PRIVADA	571,89
5 CENTRO INTEGRADO DE ARACRUZ - SESI	PRIVADA	559,05
6 ESCOLA TECNICA PREMIER ARACRUZ LTDA EPP	PRIVADA	551,53
7 EEEFM DYLIO PENEDO	PÚBLICA	520,85
8 EEEFM PROF APARICIO ALVARENGA	PÚBLICA	495,71
9 EEEFM MONSENHOR GUILHERME SCHMITZ	PÚBLICA	493,06
10 EEEFM PRIMO BITTI	PÚBLICA	484,88
11 EEEM MISAEL PINTO NETTO	PÚBLICA	472,85
12 EEEFM ERMENTINA LEAL	PÚBLICA	470,65
13 EEEFM CABOCLO BERNARDO	PÚBLICA	458,97

Fonte: INEP. Elaboração própria.

Tabela 06. Resultados das escolas de Aracruz em 2014

ESCOLA	PRIVADA/ PÚBLICA	MÉDIA 2014
1 IFES - CAMPUS ARACRUZ	PÚBLICA	628,83
2 CE DARWIN ARACRUZ	PRIVADA	599,67
3 CE DE ARACRUZ	PRIVADA	569,15
4 CE CASA DO ESTUDANTE	PRIVADA	567,78
5 CENTRO INTEGRADO DE ARACRUZ - SESI	PRIVADA	549,73
6 ESCOLA TECNICA PREMIER ARACRUZ LTDA EPP	PRIVADA	532,45
7 EEEFM - DYLIO PENEDO	PÚBLICA	503,98
8 EEEFM MONSENHOR GUILHERME SCHMITZ	PÚBLICA	497,73
9 EEEFM PRIMO BITTI	PÚBLICA	495,63
10 EEEFM CABOCLO BERNARDO	PÚBLICA	485,44
11 EEEM - MISAEL PINTO NETTO	PÚBLICA	484,34
12 EEEFM PROF APARICIO ALVARENGA	PÚBLICA	472,55
13 EEEFM ERMENTINA LEAL	PÚBLICA	460,90

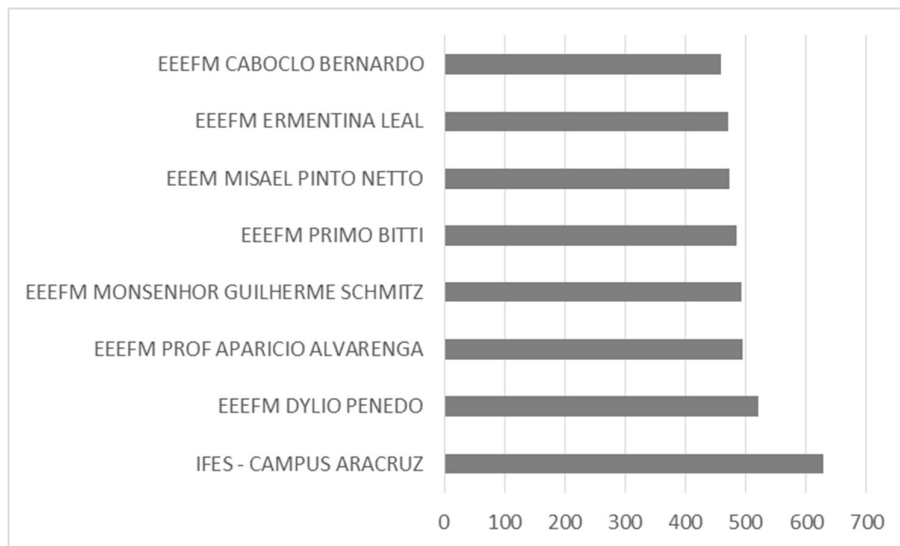
Fonte: INEP. Elaboração própria.

As Tabelas 05 e 06 demonstram que nos anos de 2015 e 2014 o Ifes – Campus Aracruz apresentou maior média no resultado do ENEM entre todas as escolas do

município, considerando rede pública e privada.

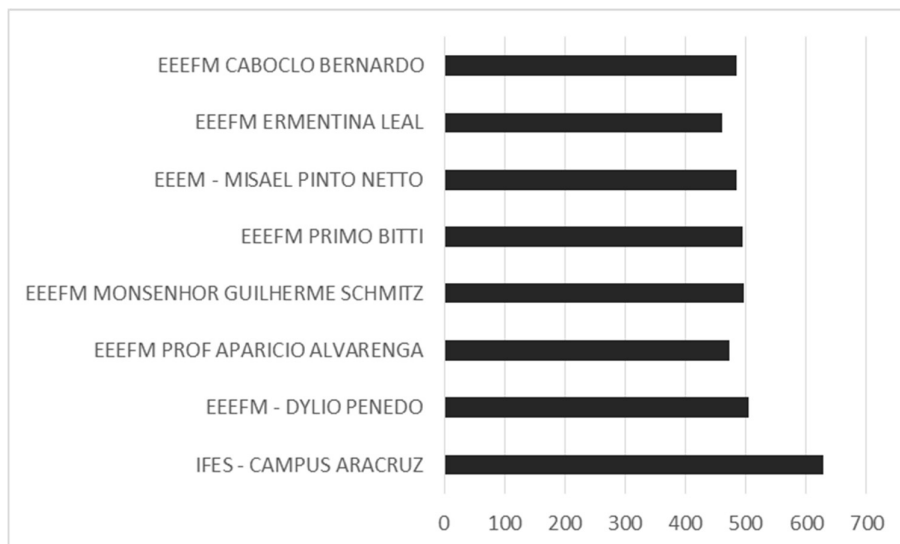
Os Gráficos 01 e 02 abaixo, mostram o resultado das escolas públicas do município de Aracruz.

Gráfico 01. Resultado das escolas públicas de Aracruz em 2015



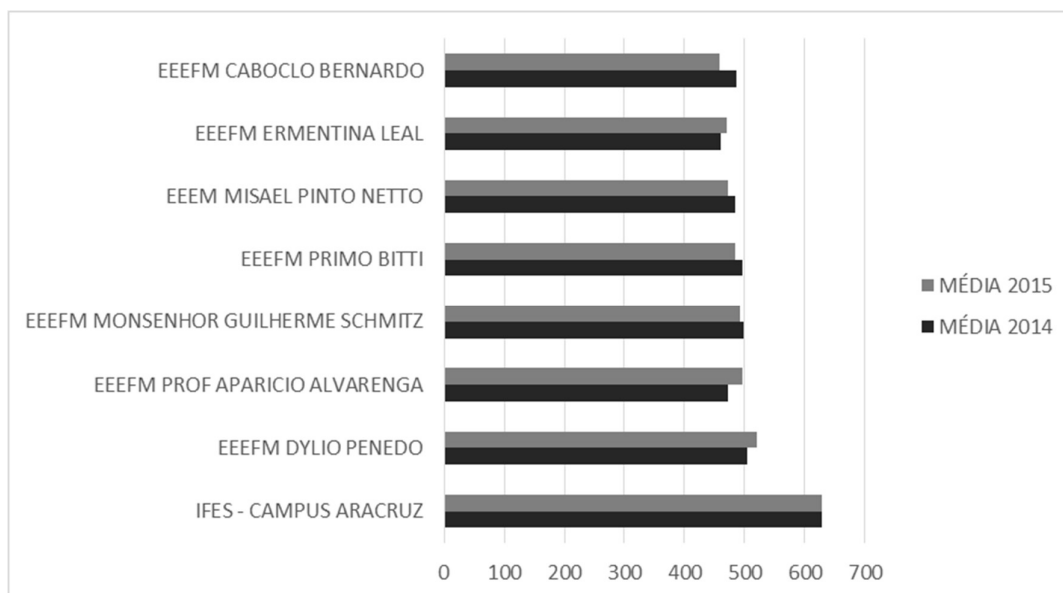
Fonte: INEP. Elaboração própria.

Gráfico 02. Resultado das escolas públicas de Aracruz em 2014



Fonte: INEP. Elaboração própria.

Gráfico 03. Resultado das escolas públicas de Aracruz – 2014/2015



Fonte: INEP. Elaboração própria.

O gráfico 03, mostra a oscilação dos resultados das escolas públicas de Aracruz entre os anos de 2014 e 2015. Na maioria das escolas, houve queda na média no ano de 2015, quando comparado com o período anterior.

5.1.2 Escolas do Município de Cachoeiro de Itapemirim

O município de Cachoeiro de Itapemirim, se localiza na Região Sul do Espírito Santo, e possui, segundo o IBGE (2017), uma população estimada em 211.649 pessoas, sendo o município capixaba mais populoso fora da região metropolitana da Grande Vitória. A economia do município é baseada na exploração de rochas ornamentais. O IDH do município na última análise, em 2010, era de 0,746. O município possuía renda per capita de R\$ 23.816,26, de acordo com os últimos dados apresentados referentes ao ano de 2014.

Foram identificadas 24(vinte e quatro) escolas que tiveram alunos prestando o ENEM nos anos de 2014 e 2015. Além dessas escolas, foi identificada a Escola Família Agrícola (EFA Cachoeiro) que só consta na relação disponibilizada pelo INEP no ano

de 2014 e, por não permitir comparação dos resultados, essa instituição de ensino foi descartada da amostra. Do total de escolas do município, 16(dezesseis) eram da rede pública e 8(oito) pertencentes a rede privada de ensino.

Tabela 07. Resultados das escolas de Cachoeiro de Itapemirim em 2015

ESCOLA	PRIVADA/ PÚBLICA	MÉDIA 2015
1 CENTRO DE ENSINO CACHOEIRENSE DARWIN	PRIVADA	640,13
2 IFES - CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PÚBLICA	625,48
3 ESCOLA GUIMARAES ROSA LTDA	PRIVADA	616,26
4 CE LAURO PINHEIRO	PRIVADA	596,21
5 CE SAO CAMILO – ICE	PRIVADA	589,73
6 CENTRO INTEGRADO DE ATIVIDADES CULTURAIS RAYMUNDO ANDRADE	PRIVADA	574,49
7 CENTRO DE ATIVIDADES JONES DOS SANTOS NEVES	PRIVADA	568,2
8 COLEGIO JESUS CRISTO REI	PRIVADA	554,18
9 EEEFM - PRESIDENTE GETULIO VARGAS	PÚBLICA	505,55
10 EEEFM - WILSON RESENDE	PÚBLICA	499,83
11 EEEM - CEI ATILA DE ALMEIDA MIRANDA	PÚBLICA	499,11
12 EEEFM - LICEU MUNIZ FREIRE	PÚBLICA	492,18
13 EEEFM - FRATERNIDADE E LUZ	PÚBLICA	486,99
14 EEEFM - PROF CLAUDIONOR RIBEIRO	PÚBLICA	483,1
15 COLEGIO EQUIPE CACHOEIRENSE	PRIVADA	483,09
16 EEEFM - PROFESSOR DOMINGOS UBALDO	PÚBLICA	482,72
17 EEEFM - PROF HOSANA SALLES	PÚBLICA	481,19
18 EEEFM - FRANCISCO COELHO AVILA JUNIOR	PÚBLICA	472,29
19 EEEFM - LIONS SEBASTIAO PAIVA VIDAURRE	PÚBLICA	469,48
20 EEEFM - AGOSTINHO SIMONATO	PÚBLICA	459,46
21 EEEFM - ZACHEU MOREIRA DA FRAGA	PÚBLICA	459,34
22 EEEFM - NEWTRO FERREIRA DE ALMEIDA	PÚBLICA	458,45
23 EEEFM - PROF PETRONILHA VIDIGAL	PÚBLICA	455,6
24 EEEFM – PACOTUBA	PÚBLICA	454,84

Fonte: INEP. Elaboração própria.

Tabela 08. Resultados das escolas de Cachoeiro de Itapemirim em 2014

ESCOLA	PRIVADA / PÚBLICA	MÉDIA 2014
1 IFES - CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PÚBLICA	646,18
2 ESCOLA GUIMARAES ROSA LTDA	PRIVADA	618,84
3 CENTRO DE ENSINO CACHOEIRENSE DARWIN	PRIVADA	615,57
4 CE SAO CAMILO – ICE	PRIVADA	581,71
5 CENTRO INTEGRADO DE ATIVIDADES CULTURAIS RAYMUNDO ANDRADE	PRIVADA	577,87
6 CE LAURO PINHEIRO	PRIVADA	572,10
7 COLEGIO JESUS CRISTO REI	PRIVADA	564,91
8 CENTRO DE ATIVIDADES JONES DOS SANTOS NEVES	PRIVADA	553,15
9 EEEFM - PROFESSOR DOMINGOS UBALDO	PÚBLICA	514,21
10 EEEFM - PRESIDENTE GETULIO VARGAS	PÚBLICA	504,47
11 EEEM - CEI ATILA DE ALMEIDA MIRANDA	PÚBLICA	496,57
12 EEEFM - LICEU MUNIZ FREIRE	PÚBLICA	493,52
13 EEEFM - PROF HOSANA SALLES	PÚBLICA	485,71
14 EEEFM - WILSON RESENDE	PÚBLICA	485,30
15 EEEFM - FRANCISCO COELHO AVILA JUNIOR	PÚBLICA	484,92
16 EEEFM - FRATERNIDADE E LUZ	PÚBLICA	481,04
17 EEEFM - PROF CLAUDIONOR RIBEIRO	PÚBLICA	479,46
18 EEEFM - LIONS SEBASTIAO PAIVA VIDAURRE	PÚBLICA	478,09
19 EEEFM - ZACHEU MOREIRA DA FRAGA	PÚBLICA	474,13
20 COLEGIO EQUIPE CACHOEIRENSE	PRIVADA	468,54
21 EEEFM - AGOSTINHO SIMONATO	PÚBLICA	468,23
22 EEEFM - NEWTRO FERREIRA DE ALMEIDA	PÚBLICA	452,13
23 EEEFM PACOTUBA	PÚBLICA	446,21
24 EEEFM - PROF PETRONILHA VIDIGAL	PÚBLICA	440,91

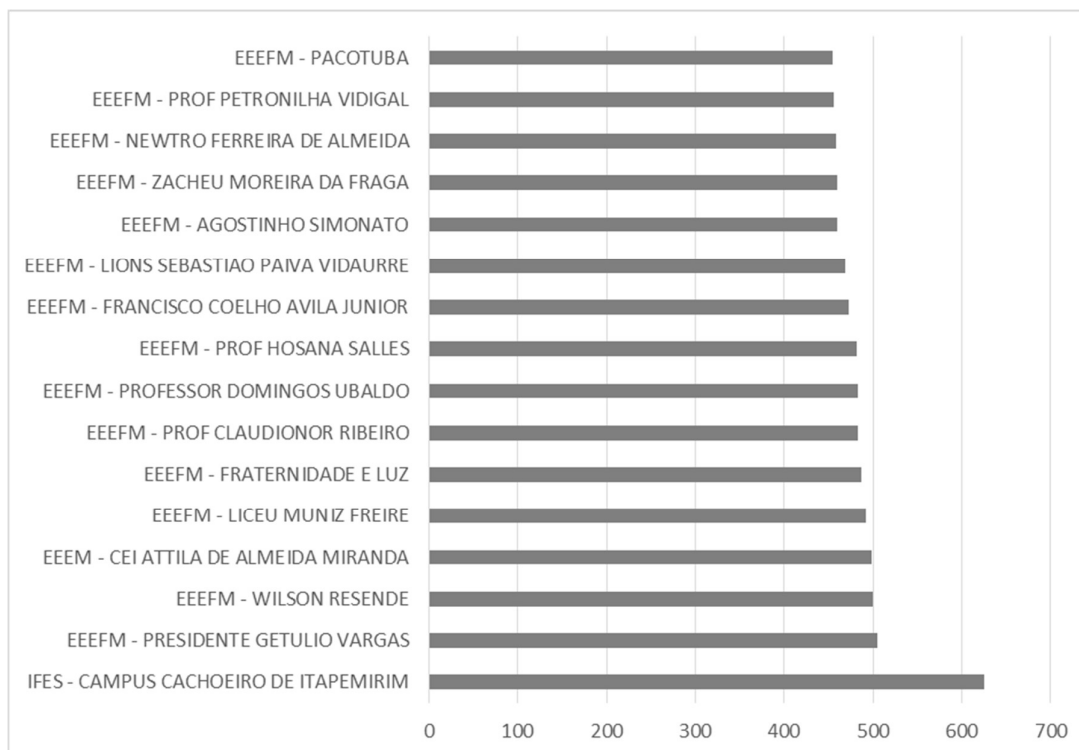
Fonte: INEP. Elaboração própria.

As Tabelas 07 e 08 demonstram que nos anos de 2015 e 2014 houve oscilação na primeira posição no ranking das escolas no município. Em 2015 o Cento de Ensino

Cachoeirense Darwin ficou melhor classificado e em 2014 o Ifes – Campus Cachoeiro de Itapemirim apresentou maior média no resultado do ENEM entre todas as escolas do município, considerando rede pública e privada.

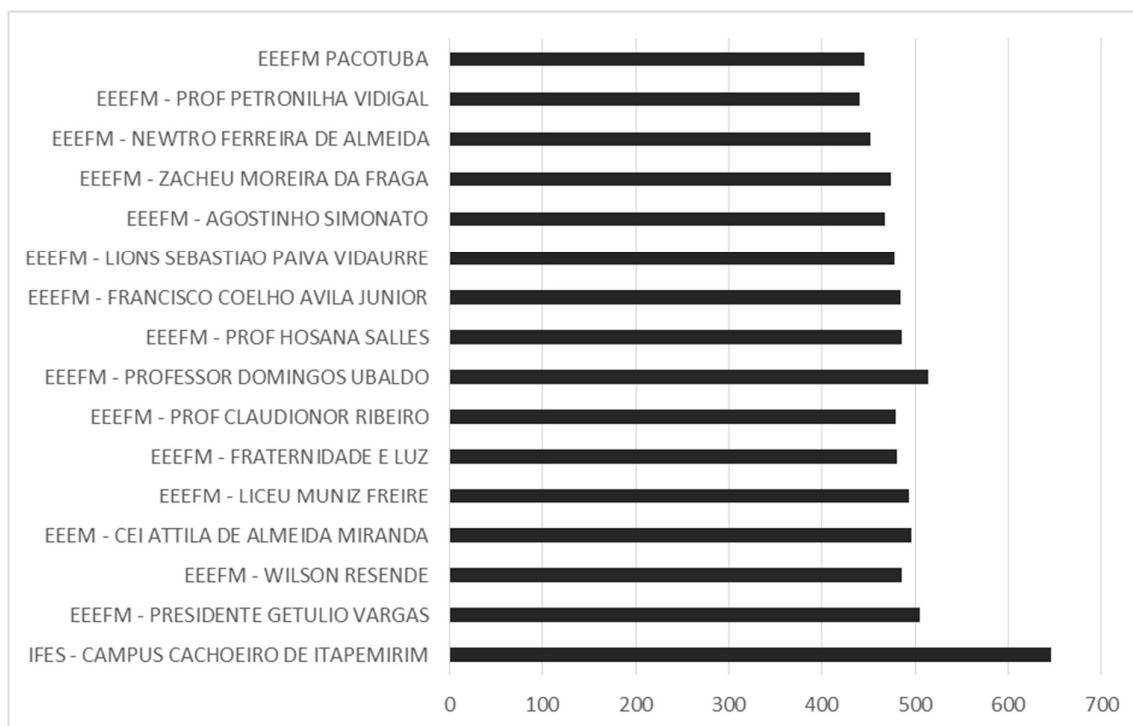
Os Gráficos 04 e 05 abaixo apresentam o resultado das escolas públicas do município de Cachoeiro de Itapemirim.

Gráfico 04. Resultado das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim em 2015



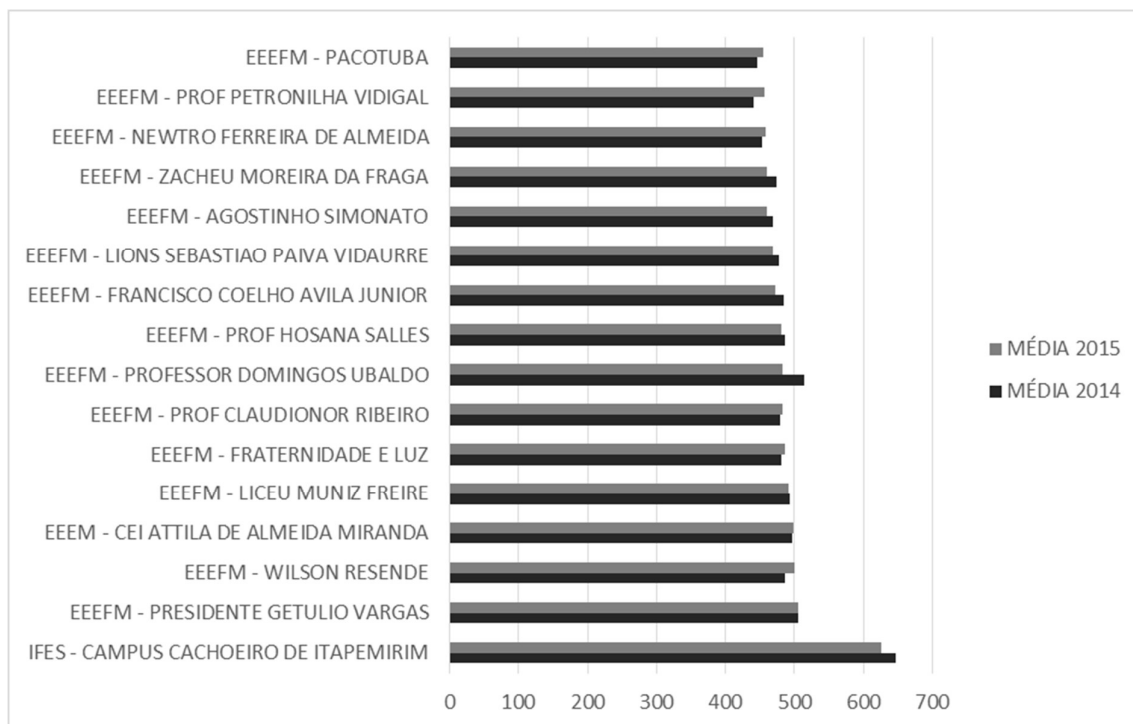
Fonte: INEP. Elaboração própria.

Gráfico 05. Resultado das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim em 2014



Fonte: INEP. Elaboração própria.

Gráfico 06. Resultado das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim – 2014/2015



Fonte: INEP. Elaboração própria.

O gráfico 06, mostra a oscilação dos resultados das escolas públicas de Cachoeiro de Itapemirim entre os anos de 2014 e 2015. Assim como se verificou em Aracruz, houve queda na média no ano de 2015 na maioria das escolas, no entanto em menor grau, com melhora no resultado de sete das dezesseis instituições de ensino, quando comparado com o período anterior.

5.1.3 Escolas do Município de Nova Venécia

Nova Venécia está localizada na macroregião Norte do estado do Espírito Santo. Com população estimada em 50.991 pessoas, o município apresentava, em 2010, de acordo com os dados do IBGE (2017), IDH de 0,712, e possuía uma renda per capita de R\$ 17.782,22. A economia do município tem sua base na produção agropecuária, com destaque para produção de laticínios.

No município de Nova Venécia houve o maior volume de exclusão de dados por não permitirem comparação entre os anos de 2014 e 2015. No ano de 2014, não constam os resultados divulgados pelo INEP das escolas EFA Chapadinha e EEEFM José Zamprogno, em 2015 a escola CE Evolução não teve seus resultados divulgados. As duas escolas desconsideradas que tiveram seus resultados divulgados apenas em 2015 eram da rede pública, e a escola CE Evolução, que teve os resultados divulgados apenas no ano de 2014, era da rede privada.

Foram identificadas 5 (cinco) escolas no município de Nova Venécia que tiveram alunos prestando o ENEM nos anos de 2014 e 2015. Todas as escolas consideradas no município estão vinculadas a rede pública de ensino.

Tabela 09. Resultados das escolas de Nova Venécia em 2015

ESCOLA	PRIVADA/ PÚBLICA	MÉDIA 2015
1 IFES - CAMPUS NOVA VENECIA	PÚBLICA	604,34
2 EEEM DOM DANIEL COMBONI	PÚBLICA	494,89
3 EEEM ZEFERINO OLIOSI	PÚBLICA	481,2
4 EEEFM ALARICO JOSE DE LIMA	PÚBLICA	471,99
5 EEEM MARIA DALVA GAMA BERNABE	PÚBLICA	449,63

Fonte: INEP. Elaboração própria.

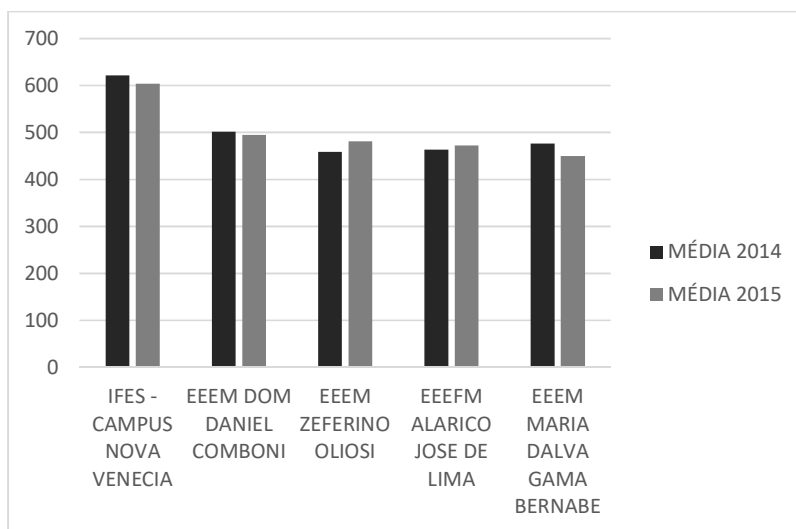
Tabela 10. Resultados das escolas de Nova Venécia em 2014

ESCOLA	PRIVADA / PÚBLICA	MÉDIA 2014
1 IFES - CAMPUS NOVA VENECIA	PÚBLICA	622,29
2 EEEM DOM DANIEL COMBONI	PÚBLICA	501,80
3 EEEM MARIA DALVA GAMA BERNABE	PÚBLICA	476,66
4 EEEFM ALARICO JOSE DE LIMA	PÚBLICA	463,59
5 EEEM ZEFERINO OLIOSI	PÚBLICA	458,67

Fonte: INEP. Elaboração própria.

As Tabelas 09 e 10 demonstram que nos anos de 2015 e 2014 o Ifes – Campus Nova Venécia apresentou maior média no resultado do ENEM entre todas as escolas do município, não havendo também mudança na segunda posição do ranking, ocupada pela EEEM Dom Daniel Comboni.

Gráfico 07. Resultado das escolas públicas de Nova Venécia – 2014/2015



Fonte: INEP. Elaboração própria.

O gráfico 10, mostra a oscilação dos resultados das escolas públicas de Nova Venécia entre os anos de 2014 e 2015. Na maioria das escolas, houve queda na média no ano de 2015, quando comparado com o período anterior. Outro aspecto que é verificável neste gráfico é a grande diferença entre o resultado obtido pelo Ifes – Campus Nova Venécia em relação às outras escolas do município, sendo acima de 100 pontos nos dois períodos verificados.

5.1.4 Escolas do Município de Piúma

De acordo com dados do IBGE (2017), Piúma é um município localizado na região Sul do Espírito Santo, com economia voltada para a pesca e turismo. Possui uma população estimada em 21.336 pessoas, IDH de 0,727, e renda per capita de R\$ 33.175,50, a oitava maior entre os municípios do estado.

O município de Piúma representa a menor amostra deste estudo, tendo sido identificadas apenas duas escolas que tiveram alunos prestando o ENEM nos anos de 2014 e 2015. Não há outras escolas de nível médio no município, de modo que as duas escolas do município são vinculadas a rede pública de ensino.

Tabela 11. Resultados das escolas de Piúma em 2015

ESCOLA	PRIVADA/ PÚBLICA	MÉDIA 2015
1 IFES - CAMPUS PIUMA	PÚBLICA	550,99
2 EEEFM - PROF FILOMENA QUITIBA	PÚBLICA	488,73

Fonte: INEP. Elaboração própria.

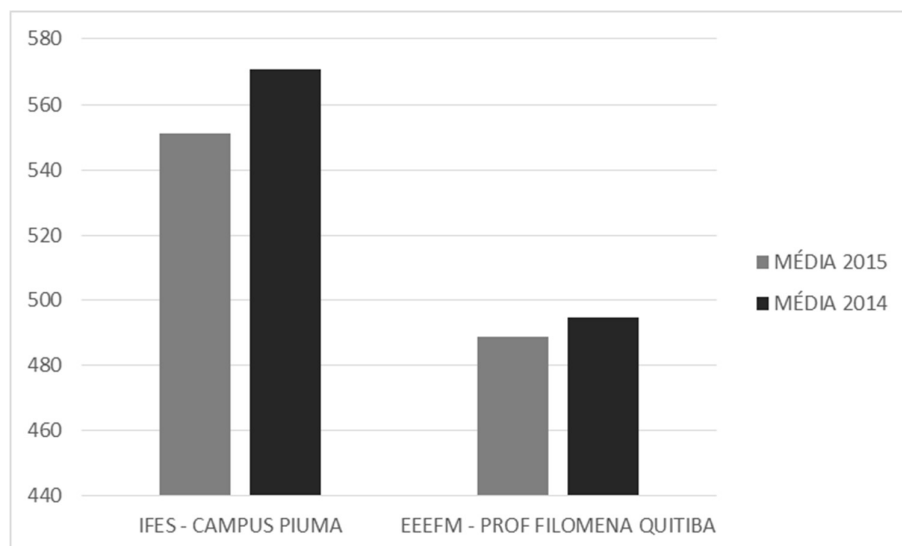
Tabela 12. Resultados das escolas de Piúma em 2014

ESCOLA	PRIVADA / PÚBLICA	MÉDIA 2014
1 IFES - CAMPUS PIUMA	PÚBLICA	570,71
2 EEEFM - PROF FILOMENA QUITIBA	PÚBLICA	494,44

Fonte: INEP. Elaboração própria.

As Tabelas 11 e 12 demonstram que nos anos de 2015 e 2014 o Ifes – Campus Piúma apresentou maior média no resultado do ENEM, quando comparado com a EEEFM Prof. Filomena Quitiba.

Gráfico 08. Resultado das escolas públicas de Piúma – 2014/2015



Fonte: INEP. Elaboração própria.

O gráfico 11, mostra a oscilação dos resultados das escolas públicas de Piúma entre os anos de 2014 e 2015. Como verificado nos municípios apresentados anteriormente, houve queda na média no ano de 2015, quando comparado com o período anterior.

5.1.5 Comparativo entre os campi do Ifes

O comparativo do desempenho dos Campi do Ifes quando analisados separadamente, ou seja, sem considerar as outras escolas dos municípios em que estão instalados, evidencia a diferença entre eles, embora apresentem bons resultados gerais. As Tabelas 13 e 14 apresentam os resultados obtidos pelos Campi em 2015 e 2014, respectivamente.

Tabela 13. Resultado dos Campi do Ifes - 2015

ESCOLA	MÉDIA 2015
1 IFES - CAMPUS ARACRUZ	627,90
2 IFES - CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	625,48
4 IFES - CAMPUS NOVA VENECIA	604,34
5 IFES - CAMPUS PIUMA	550,99

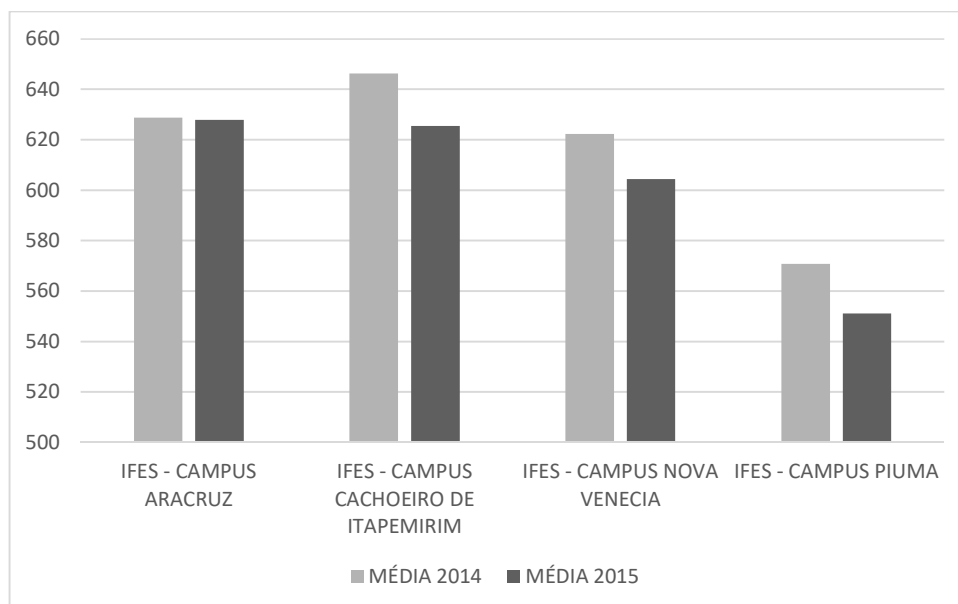
Fonte: INEP. Elaboração própria.

Tabela 14. Resultado dos Campi do Ifes - 2014

ESCOLA	MÉDIA 2014
1 IFES - CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	646,18
3 IFES - CAMPUS ARACRUZ	628,83
4 IFES - CAMPUS NOVA VENECIA	622,29
5 IFES - CAMPUS PIUMA	570,71

Fonte: INEP. Elaboração própria.

Gráfico 09. Resultado dos Campi do Ifes – 2014/2015



Fonte: INEP. Elaboração própria.

O Gráfico 12 mostra a queda na média para o ano de 2015 de todos os Campi pesquisados quando comparados com o resultado obtido por eles em 2014. O Campus Aracruz, foi o que apresentou menor redução na sua média, mantendo-se quase estável no período. Talvez por esta razão tenha ficado na primeira posição do ranking de 2015, haja vista que os outros Campi apresentaram maior oscilação em

suas médias.

A última análise estatística realizada neste estudo, buscou verificar a existência de correlação entre o orçamento executado nos campi do Ifes e o resultado obtidos por eles no ranking do ENEM por escola. Muito se debate sobre a qualidade da educação no país e o que pode ser feito para alcançar melhores resultados. O orçamento repassado para a execução de políticas públicas vem sendo reduzido. Justifica-se esta análise pela necessidade de identificação da relação que pode haver entre melhores resultados e investimento na educação.

Tabela 15. Relação entre orçamento executado e as médias obtidas no ENEM

ESCOLA	Orçamento 2014 (R\$)	Média no ENEM 2014	Orçamento 2015 (R\$)	Média no Enem 2015	Variação % Orçamento 2014-2015	Variação % no ENEM 2014-2015
CAMPUS ARACRUZ	7.436.782,83	628,83	6.029.016,51	627,90	- 18,93	- 0,15
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4.294.046,75	646,18	3.805.571,32	625,48	- 11,37	- 3,20
CAMPUS NOVA VENEZIA	3.764.100,59	622,29	2.565.203,41	604,34	- 31,85	- 2,88
CAMPUS PIUMA	3.347.201,40	570,71	2.745.153,47	550,99	- 17,99	- 3,45

Fonte: INEP e Portal da Transparência. Elaboração própria.

Os dados apresentados na Tabela 15 revelaram coeficiente de correlação do Orçamento executado (R\$) em alguns campi do Ifes com o resultado obtido pelos campi no ranking do ENEM em 2014 e 2015. Esse estudo apontou uma moderada correlação entre o orçamento executado pelos campi no período e o resultado obtido pelas unidades escolares no ENEM por escola, sendo 0,43 em 2014 e 0,64 em 2015. Daí, desconsiderando outras possíveis variáveis, podemos fazer uma análise quanto a importância do volume de recursos investidos para obter resultados melhores em exames nos moldes do ENEM. O Governo reduziu "gastos" nessa área, mesmo com inflação no período, ou seja sequer a inflação foi reposta, pelo contrário, houve diminuição no valor global investido.

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS QUALITATIVOS

Os dados primários foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas que foram gravadas em áudio e transcritas sem uso de aplicativos específicos, haja vista que a transferência das gravações dos aplicativos para o formato de texto apresentada bastante erro, o que obrigava o pesquisador a refazer o trabalho de conferência da transcrição para corrigir as falhas. Após a transcrição os dados foram analisados seguindo a proposta de Gibbs (2009), na qual inicialmente é realizada a codificação dos dados, para em seguida eles serem condensados em tabelas, facilitando a compreensão da visão dos entrevistados sobre os assuntos abordados.

Por mais que o termo codificação passe a ideia de se tratar de algo secreto, ou oculto, esse processo visa na verdade facilitar a identificação de elementos chave que são comuns aos entrevistados na percepção de uma temática específica. Com isso, a partir da codificação fica mais fácil agrupar dados que possuem similaridade.

Como pode ser verificado na Tabela 16, quando questionados sobre sua percepção quanto a qualidade do ensino no estado do Espírito Santo, o código identificado foi “cobrança”. Nas respostas dos entrevistados, fica evidente a percepção de que nas escolas públicas (fora o Ifes), embora haja qualidade em termos de estrutura física e de mão de obra, há necessidade de se implementar alternativas para cobrar melhores resultados e critérios de controle e avaliação dos alunos.

A cobrança apontada é focada nos alunos, no desempenho dos alunos, não se destacando a necessidade de cobrança também aos docentes nas instituições de ensino, visando garantir a melhor entrega dos conteúdos por estes profissionais. Nesse sentido, o IFES e escolas privadas se destacam por haver meios de avaliação e garantia de verificação de cumprimento de planos de ensino e propostas metodológicas, o que é dificultoso quando se fala em profissionais que atuam em designação temporária e que possuem carga horária extensa e que não deixa muita margem para planejamento adequado.

Tabela 16 - Avaliação da qualidade do ensino no Espírito Santo

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Por exemplo, aqui no ES não se reprova aluno. Eu não defendo a reprovação de alunos, mas os níveis de cobrança são muito ruins. As metodologias de aulas não são interessantes para os alunos, há pouca utilização de laboratórios de ciências para os alunos. As escolas até têm laboratórios, mas não utilizam como laboratório”.	COBRANÇA
Entrevistado G	“[...]ainda falta muita coisa, porque a rede federal ainda é muito pequena em relação ao restante né, das escolas todas que o Estado tem, a cobrança é diferente. Então muitos jovens estão sem estudar ainda, o ensino médio na rede estadual, por exemplo, noturno não tem mais. Agora tá sendo tudo direcionado pra EJA, quer dizer, virou rota de fuga.”	COBRANÇA
Entrevistado P	“Infelizmente o Espírito Santo ainda fica “patinando” nos resultados dessas avaliações de educação, falta exigir mais, ter mais cobrança sobre o aluno e melhor qualificação das equipes. Acredito que tem muito a melhorar ainda no caso do ensino médio.”	COBRANÇA
Entrevistado R	“O que eu vejo de problema são os programas de ensino, o incentivo ao aluno ter maior disciplina, a cobrança tem que acontecer, melhor qualificação do professor... acho que isso existe uma maior carência de acompanhamento. Se for comparar a rede pública com a rede federal... ai isso vai ser mais discrepante.”	COBRANÇA

Fonte: elaboração própria

A apresentação dos resultados do ENEM nos anos de 2014 e 2015, em relação as demais escolas do município não causou estranheza aos entrevistados, como se esperava eles conheciam os resultados de suas unidades, e demonstravam bastante orgulho destes resultados, atribuindo às equipes (docentes / técnicos administrativos) a razão do sucesso, conforme Tabela 17. Ao passo que ressaltaram ainda que o foco da instituição nunca foi na preparação dos alunos para prestar o exame, mas sim na formação completa, alinhando o propedêutico ao técnico, ou seja, alinhando a prática com a teoria da sala de aula. O que também é facilitado pela estrutura oferecida nas unidades, com diversos laboratórios que dispõem de equipamentos adequados e equipe apta a utilizá-los.

Tabela 17 – A que atribuem os resultados no Enem em 2014 e 2015

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Os nossos alunos tem associado aos cursos técnicos a realidade de sala de aula. Eles unem a prática com a Teoria. O processo de ensino aprendizagem é mais eficiente. Nossa equipe de professores é muito bem qualificada. Mais de 30% são doutores. O Ifes tem condições de qualificar seus professores.”	EQUIPE
Entrevistado G	“[...]temos uma equipe pedagógica que chega junto. Quando estava na gestão eu implantei o plantão pedagógico, que está até hoje. Dividimos os professores por sala e o pai vem e procura o professor, ele conversa diretamente com o professor. O pai tem contato direto com o professor. O acompanhamento é muito importante também: psicólogo, assistente social.”	EQUIPE
Entrevistado P	“Aqui o aluno vai nas aulas, nas visitas técnicas fazer integração de conteúdos propedêuticos com o técnico, vai ter projetos de artes, cultura, esportes. A equipe é bastante dedicada não em treinar os alunos para passar num Enem, mas em dar uma formação completa, o que dá uma visão muito mais ampla para esses alunos.”	EQUIPE
Entrevistado R	“Acho que não se compara a estrutura de uma escola federal com uma escola estadual, é até injusto, a começar né, os professores são mais selecionados, no sentido de formação, o plano de carreira é muito bom, o volume de aulas é menor, então temos um grupo de professores muito bom.”	EQUIPE

Fonte: elaboração própria

A possibilidade de aliar o técnico ao propedêutico é apontada como uma grande vantagem no Instituto Federal. Além disso, a disponibilidade de equipe de trabalho motivada e com estrutura adequada de trabalho também favorece os bons resultados obtidos. Nesse sentido se verifica que ensino público quando ofertado em ambiente estruturado oferece resultados melhores que os verificados na rede privada.

Ao serem questionados em relação as remoções e redistribuições, bem como se enxergavam alternativas para essa questão, os entrevistados demonstraram estar habituados a ela e que entendiam ser algo normal no serviço público. De todo modo, conforme verificado na Tabela 18, a codificação alcançou o termo “dificuldade”, haja vista que embora habituados a lidar com essa problemática, todos relataram dificuldades geradas por elas, principalmente em termos de readaptação da equipe de trabalho e dos discentes com novos métodos de ensino.

Outro aspecto verificado foi o interesse nos removidos em estar mais próximos da região metropolitana da Grande Vitória. Foram sugeridos ainda critérios claros e

isonômicos para que todos os servidores que desejassem participar do processo pudessem ter acesso aos programas de remoção, haja vista que existe a percepção de que muitas das remoções que acontecem fora dos editais de remoção possuem motivações políticas, ao invés de serem estritamente atreladas a demanda por aquele profissional em específico, o que deixa para o edital de remoção interna, por exemplo, apenas vagas “que ninguém quer” como relatou o entrevistado R.

Tabela 18 – Como enxergam a problemática das remoções e redistribuições

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Às vezes temos uma equipe boa que acaba se quebrando por conta dos problemas particulares que os colegas possuem. Mas conseguimos nesse período reconstituir a equipe a altura. Mas torna mais difícil o processo de ensino aprendizagem pro aluno, embora tenhamos conseguido recompor bem.”	DIFICULDADE
Entrevistado G	“Nós tivemos bastante dificuldade. Já passamos muito aperto, com duas pedagogas que foram removidas ao mesmo tempo.. foi muito difícil... Geralmente a gente atrela a saída de um a chegada do outro... antigamente não era... por isso que eu falo, planejamento é indispensável.”	DIFICULDADE
Entrevistado P	“Pro aluno isso é horrível, porque quando os professores substitutos falam a mesma língua dos que estavam e foram, o aluno não sente tanto, mas quando os métodos são diferentes, e acontece muito, os alunos sentem muita dificuldade. Sabemos que de outro também é muito difícil, porque se surge a vaga a pessoa vai sair, você quer estar perto da sua família, de onde você veio, ele não vai ficar.”	DIFICULDADE
Entrevistado R	“Nós somos um campus jovem, em implantação, então esse campus teve muita dificuldade com a rotatividade de professores. O professor vem, começa um trabalho, começa a desenvolver uma metodologia de trabalho, e o aluno vai acompanhando, daí ele abre um processo de redistribuição, e o aluno que está acostumado com aquela metodologia, ai outro chega, as vezes em meio de semestre e complica tudo.”	DIFICULDADE

Fonte: elaboração própria

Todos os entrevistados ressaltaram a melhora na qualidade de vida, e crença em melhora nos indicadores de desempenho dos municípios a partir da implantação do Ifes no interior. Como se tratam de regiões pequenas, comparadas a grandes centros urbanos, os impactos da oferta educacional que o Instituto leva a essas regiões é tido como bastante significativo, porque realmente muda a vida das pessoas.

A Tabela 19, demonstra que o código identificado foi “qualidade”, em termos de ensino ofertado, projetos de pesquisa realizados, e melhora no padrão de vida da população.

Esse aspecto merece destaque uma vez que não são apenas os alunos que se beneficiam, mas também profissionais que são contratados como servidores efetivos e também terceirizados pelas empresas que prestam serviço para a instituição.

Tabela 19 – Sobre a interiorização da Rede e seus impactos nos indicadores.

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Eu tenho certeza que sim. Ajuda e pode ajudar ainda mais. Melhorando a qualidade. Nós estamos formando professores para dar aula na licenciatura, auxiliando na melhoria deles e conseqüentemente do ensino na região. já por diversas vezes professores do ensino público trazem seus alunos pra cá pra mostrar que isso é uma instituição pública e que eles podem vir pra cá.”	QUALIDADE
Entrevistado G	“Essa expansão proporcionou que em alguns locais, principalmente no interior, que a população tivesse acesso a um ensino de qualidade. A educação tecnológica que estava tudo parado. Quer dizer, não tinha oferta de cursos técnicos, não tinha oferta de cursos superiores no interior né? Aqui em Cachoeiro a gente tinha algumas instituições privadas, que não ofereciam tantos cursos assim os preços nem todo mundo podia pagar, então.. hoje nós temos uma infinidade de cursos técnicos e superiores, ofertados gratuitamente.”	QUALIDADE
Entrevistado P	“Espero muito que o ifes ajude a puxar os índices da educação pra cima. Eu queria muito que a qualidade das outras escolas melhorasse também. Nossos professores fazem curso de formação junto aos professores do estado, eles sentam juntos, conversam, não como uma concorrência, mas trabalhando em conjunto, é importante o diálogo entre as redes para o estado crescer junto.”	QUALIDADE
Entrevistado R	“A educação básica precisa de uma reforma profunda e a federalização seria uma solução. seria a garantia do cumprimento do piso nacional, seria a garantia de investimento na manutenção das escolas, oferta de merendas, de ter uma série de questões que infelizmente não acontecem”	QUALIDADE

Fonte: elaboração própria

Essa qualidade acaba se refletindo na percepção dos moradores locais de suas possibilidades. Em regiões remotas do Estado, se antes se pensava que deveriam nascer ali, trabalhar em “qualquer coisa mesmo”, com a chegada dos Institutos Federais as novas gerações passam a conhecer novas possibilidades e apresentam para seus pais e avós, novas perspectivas. Isso conduz a mudança de pensamento e desenvolvimento de toda uma região.

Os entrevistados, de acordo com a Tabela 20, apontam que a principal atuação do Ifes para contribuir com o desenvolvimento local é promovido através da oferta de cursos, tanto na modalidade de ensino, quanto de extensão (cursos de curta duração

ou com propostas específicas para algum grupo). Existe ainda a percepção de que é possível e necessário realizar mais, a partir da efetivação de parcerias, que ainda são bastante limitadas.

Tabela 20 – Contribuição do Ifes no desenvolvimento do município

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“O Instituto Federal, em função de suas características, do padrão que se estabelece no ensino, tem feito muita diferença aqui na região, Nós ofertamos cursos de qualificação para professores, o que melhora o ensino na região. Ofertamos cursos concomitantes, onde alunos do estado fazem cursos técnicos conosco. Poderíamos formar muito mais alunos, o que poderia dar um impacto muito maior na vida deles.”	CURSO
Entrevistado G	“A gente oferece também curso de formação continuada pra professores, pessoal da área de educação. Oferecemos também aperfeiçoamento em EJA (educação de jovens e adultos). Depois foi ofertado também o curso de diversidade de gênero e agora estamos oferecendo um curso de educação especial, voltado a práticas em educação especial, oferecido em parceria com a prefeitura municipal.”	CURSO
Entrevistado P	“Hoje temos um grupo de professores que acompanha os vereadores, a atuação deles, projetos, enfim. Ofertamos também pronatec e outros cursos de formação de professores, que sempre nos envolvemos.”	CURSO
Entrevistado R	“Desenvolvemos cursos de formação de professores, cursos voltados ao atendimento das demandas da comunidade, participamos de iniciativas como o Pronatec, em diversos municípios da região.”	CURSO

Fonte: elaboração própria

As entrevistas demonstraram que a política de acompanhamento de egressos representa um gargalo para a instituição. Não há padronização entre os campi de políticas que objetivem verificar a empregabilidade dos formados, bem como se a grade curricular está adequada ao que o mercado de trabalho demanda deles, ou ainda se optaram pela verticalização, ou seja, se optaram por seguir os estudos na mesma área em que se formaram no IFES, ou se seguiram para área diversa e o que os motivou a tal atitude.

Tabela 21 – Sobre a política de acompanhamento de egressos

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Muitas vezes os alunos terminam o curso e não atualizam os dados, muitos não respondem nossos contatos, mas realmente é um problema grave o monitoramento do egresso.”	DADOS
Entrevistado G	“[...]ainda não temos dados do integrado e o ensino superior também não... A reitoria já implantou no planejamento estratégico o acompanhamento dos egressos, mas nem todos os campi já aderiram, já implantaram o portal, então tá uma coisa assim... já existem muitos dados, mas ainda falta muita coisa porque alguns campi ainda não se organizaram para cumprir essa etapa do planejamento estratégico.”	DADOS
Entrevistado P	“Então no Ifes tem um setor de pesquisa e extensão que faz o acompanhamento. Eles fazem pesquisa, as vezes mandam por e-mail solicitação, ou por telefone, mandam questionários, chamam de pesquisa de egresso, daí com os dados produzem relatórios, com informações do que estão fazendo, onde estão vivendo.”	DADOS
Entrevistado R	“Mantemos os dados de e-mails, e esses alunos voltam sempre ao campus, fazemos acompanhamento e sabemos se nossos alunos estão na faculdade, se estão empregados... no início do ano sempre convidamos os alunos para vir e dar depoimento aos ingressantes do que estão fazendo, sempre acompanhamos quem passou nas universidades e buscamos manter contato sempre pela política de acompanhamento do Instituto.”	DADOS

Fonte: elaboração própria

A tabela 21, demonstra o código “dados”, uma vez que em alguns casos existem dados, mas não estão organizados, e muitas vezes desatualizados, em outros casos eles não são suficientes ou não existem.

Já a tabela 22, demonstra que, na visão dos entrevistados neste estudo, o grande problema no desenvolvimento da educação é de ordem financeira. Os entrevistados percebem que o governo não tem interesse em investir num modelo de ensino como o do Ifes por ser “caro”, embora tenha tido sua eficiência demonstrada.

Esse aspecto claramente passou aos entrevistados o entendimento de pouco caso com os rumos da educação no país, uma vez que embora seja grande a demanda de investimento, também se verifica que é grande a carga tributária que os cidadãos pagam, logo, deveriam ter retorno desses impostos. O Entrevistado B, por exemplo, apontou que “dizer que os IFs são instituições caras é muito relativo”, dizendo ainda que “se todas as escolas de ensino médio tivessem o padrão do Instituto Federal nós

estariamos mudando a história de um monte de brasileiros”.

Tabela 22 – Modelo do ifes na melhoria dos resultados das escolas públicas estaduais

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Eu ousou dizer que temos um modelo no Brasil que é eficiente, mas o governo está mostrando que sabe que tem um modelo, O Instituto Federal é um modelo de ensino de sucesso, mas parece não querer investir nele”	INVESTIMENTO
Entrevistado G	“Eu acho que resolveria em grande parte, mas pra isso acontecer é preciso ter dinheiro, investimento. Nada funciona sem dinheiro. O Ifes já tá sofrendo um pouco com essa questão da PEC dos gastos. Então eu acredito que se fosse implantado um sistema assim: colocar psicólogo, assistente social, fizer igual esse modelinho do Ifes... melhoraria muito. Talvez não resolvesse porque o processo de educação é longo, a gente não vai resolver tudo de uma vez, mas pra isso é preciso investimento, dinheiro, planejamento, uma política que tenha esse objetivo”.	INVESTIMENTO
Entrevistado P	“Acho que é um modelo caro. Não sei se seria viável financeiramente falando, mas seria um sonho... Porque assim... professor do estado deveria trabalhar menos, igual no Ifes, pra poder pensar um pouco mais, refletir um pouco mais. [...]Estrutura eles até tem, você vê ar condicionado nas salas, laboratórios bons eles tem, não sei se todos, pelo menos aqui... O problema maior é professor, que sai caro pra manter nesse modelo.”	INVESTIMENTO
Entrevistado R	“Esse modelo é um modelo de sucesso, mas requer investimento, requer estruturação. É um modelo a ser replicado sim, porque é de muita eficiência. se eles conseguirem realmente ter o espaço físico, o montante de investimento, é um modelo viável.. depende de políticas públicas do estado.. tudo isso passa por investimento. Sem investimento e sem espaço físico não é possível. Possível é, educação faz transformação em qualquer lugar desde que tenha investimento.”	INVESTIMENTO

Fonte: elaboração própria

Os entrevistados apontaram que o Governo insiste em tratar a educação como uma despesa, ao invés de reconhecer a importância de se formar cidadãos conscientes e aptos a exercer com autonomia seus direitos e deveres. Investimento em educação significa menos despesa no futuro, uma vez que as pessoas estando melhor preparadas, assumem papel de destaque em quaisquer áreas que venham a atuar, dependendo cada vez menos de programas de apoio social, por exemplo.

Tabela 23 - Análise da viabilidade na instalação de campi do Ifes em todos os municípios do Estado do ES

FONTE	CONTEÚDO	CÓDIGO
Entrevistado B	“Acho que não. Seria excelente, mas o governo nos corta verbas constantemente. Se não podemos colocar o Instituto Federal em todos os municípios, até pelo tamanho de alguns deles, pelo menos que pudéssemos colocar em todas as microrregiões, não sei se hoje temos essa abrangência com nossos 21 campi, se tivermos já é uma vitória”.	PEQUENO
Entrevistado G	“Então eu acho que isso aí é muito complicado. O ideal é que tivesse dinheiro pra isso. Isso de colocar um Ifes em cada município não sei... aqui no interior tem municípios muito pequenos... vai depender do que for ofertar”.	PEQUENO
Entrevistado P	“Eu acho que... em todo município não haveria demanda. Porque o Ifes tem que ser grande, não consigo imaginar um Ifes pequeno, então se não tivéssemos as cidades vizinhas teríamos dificuldade de fechar as turmas. Muitas cidades por serem pequenas não teriam alunos pra formar as turmas”.	PEQUENO
Entrevistado R	“Caberia se fosse pra ele fazer ensino médio apenas. Pra fazer ensino técnico não. Porque os municípios são muito pequenos. O Pedro II é uma escola de nível médio federal... é excelente. No caso do modelo do Instituto Federal teria que ser regionalizado. Para atender microrregiões ou cidades com mais de 50.000 habitantes, fora desse contexto não é viável”.	PEQUENO

Fonte: elaboração própria

O último questionamento a que os entrevistados foram submetidos versava sobre a demanda ou não, na visão deles, da instalação de uma unidade do Instituto Federal em todos os municípios do Estado. Resta demonstrado na Tabela 23, que os entrevistados acreditam que existem muitos municípios pequenos no estado, razão pela qual entendem ser inviável a instalação de IFES em todas as localidades.

Nesse sentido, demonstram concordar com o modelo de interiorização que privilegia os APLs, ressaltando que devem ser verificadas as demandas da sociedade quanto a implantação dos cursos e projetos antes que sejam efetivamente implementados nas unidades, garantindo a existência de demanda e capacidade de absorção dos formandos no APL em questão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Numa era em que a produção de conhecimento é realizada em grande escala e a sociedade passa a dispor de acesso a tecnologias antes inimagináveis, que permitem que pessoas em extremos opostos do globo terrestre possam se comunicar, é quase impensável a realidade de que a oferta de ensino de qualidade público seja quase um luxo ao qual apenas poucos cidadãos possam ter acesso. Mais impensável ainda é o fato de um modelo de ensino que provou gerar resultados positivos, não seja multiplicado, replicado e difundido entre a população.

Este estudo objetivou, primariamente, demonstrar com base nos resultados do ENEM que os campi do IFES localizados no interior do estado conseguiram melhores resultados que as demais escolas do município em que estavam instalados. Para tanto foram selecionados e analisados os resultados de todas as escolas destes municípios selecionados, que representam todas as regiões do Estado do Espírito Santo.

Em todos os casos o IFES ocupou a primeira colocação do município quando comparado com as demais escolas públicas, sob responsabilidade do Estado, e em muitos dos casos, como no município de Aracruz, manteve-se nos dois anos em primeiro lugar geral, entre todas as escolas do município. Em Cachoeiro de Itapemirim, em 2014 o IFES ficou no primeiro lugar geral, e em 2015 ficou na segunda colocação geral, mesmo quando comparado com escolas privadas de renome no estado. Em relação as escolas públicas, o IFES em todos os casos apresentou um resultado médio entre 14% e 18% melhor que as melhores escolas ranqueadas logo a seguir nos anos de 2015 e 2014, respectivamente.

Esse resultado demonstra claramente que escolas públicas que recebem investimentos entregam resultados positivos, inclusive melhores que de instituições privadas. Essa conclusão é evidente a partir dos resultados obtidos pelos campi de Cachoeiro de Itapemirim e de Aracruz frente às escolas privadas em seus respectivos municípios.

Essa realidade é algo preocupante, no sentido de que poucos alunos das municipalidades e regiões adjacentes, considerando o Arranjo Produtivo Local, têm acesso ao IFES, de modo que muitos alunos não recebem a mesma base

propedêutica que lhes permitisse, a partir de boas notas no ENEM, pleitear vagas em cursos de alta demanda em Universidades públicas e privadas pelo país. Antes de um problema da área da educação, essa realidade é um problema de gestão pública, haja vista que há grande disparidade na formação que está sendo oferecida aos cidadãos nas escolas.

A identificação desta situação não seria possível apenas com o levantamento dos dados do ENEM, mas foi facilitada a partir da realização das entrevistas com gestores do IFES, que revelou uma latente preocupação com os rumos da educação no estado e a falta de condições de oferta do mesmo padrão de ensino nas duas redes – federal e estadual – dados problemas estruturais apontados a seguir.

De acordo com a visão dos entrevistados R e G, a descentralização orçamentária e autonomia conferida aos gestores do Ifes na decisão daquilo que é mais importante de ser executado na instituição, bem como a contratação de professores qualificados especificamente para ministrar um conjunto de conteúdos e com disponibilidade de carga horária e rendimento financeiro adequado que permita a dedicação exclusiva às atividades da escola são diferenciais do Ifes que deveriam ser incorporados pelo Estado. Ou seja, se os gestores dispusessem de autonomia para decidir com suas equipes quais seriam as prioridades a serem atendidas, de acordo com a realidade de cada unidade de ensino, dadas as peculiaridades de cada localidade, obviamente sob a supervisão de órgãos de controle, como ocorre nas instituições federais, o resultado poderia ser melhor.

De igual modo, o investimento na contratação de professores efetivos, ao invés de professores em designação temporária, que muitas vezes precisam se desdobrar em três empregos para garantir o sustento de sua família, não tendo tempo para desenvolver de forma satisfatória sua atividade profissional, traria ganho para o rendimento e desenvolvimento dos alunos.

O grande problema identificado foi a percepção da falta de interesse e comprometimento governamental com o desenvolvimento de políticas públicas de valorização da educação no país. Deste modo a educação é observada como um custo, uma despesa que o Governo possui, ao invés de ser entendida como investimento, que pode contribuir para melhoria do país a partir da formação de cidadãos completos e aptos a empreender esforços no crescimento econômico,

cultural e social do país.

Retomando a análise dos resultados apresentados pelo IFES, os gestores demonstraram estar bastante satisfeitos com a estrutura que a instituição dispõe, embora novamente reste demonstrada grande preocupação com as constantes restrições orçamentárias impostas ano após ano pelo Governo, sequer garantindo o volume de investimento do ano anterior, pelo contrário, com reduções em valores absolutos, sem considerar a inflação, o que aumentaria ainda mais a defasagem do orçamento executado. Esse aspecto gera bastante preocupação na realização de atividades futuras.

De todo modo, verificou-se que a atuação do Ifes nos municípios gera resultados positivos, com capacitação de mão de obra, através dos cursos técnicos integrados, bem como concomitantes e subsequentes, em alguns casos, e também a partir da formação superior ofertada. Além disso, a oferta de cursos de qualificação profissional e aperfeiçoamento também se configura em importante atividade realizada pela instituição nos municípios em que atua, demonstrando seu interesse em capacitar os indivíduos, contribuindo para melhoria em sua qualidade de vida.

A problemática das remoções e redistribuições é algo que, conforme o código identificado segundo a abordagem de Gibbs (2009), gera dificuldade para a gestão das unidades de ensino, haja vista que os profissionais que vão e vem possuem diferentes visões e até que se acostume com o novo profissional existe perda de desempenho e absorção de conteúdo. Contudo, percebe-se que não há muito o que possa ser feito, uma vez que a prioridade é pela manutenção de um ambiente agradável de trabalho e a retenção de profissionais insatisfeitos ou por vezes até doentes por estarem distantes da família ou com problemas de diversas ordens, não é vista como benéfica, pelo contrário, torna o ambiente conturbado.

Além disso, existe a percepção de que no ambiente público as trocas motivadas por interesses políticos acontecem e dificilmente deixariam de acontecer, temática esta que ensejaria por si, um novo estudo de grande complexidade. Outrossim, existe a sugestão de que sejam realizados regularmente programas de mobilidade interna na instituição, com trâmites claros e igualitários.

A proposta de federalização do ensino básico, foi abordada neste estudo e a consideração que deve ser realizada neste sentido é de que seria muito importante

que essa proposta fosse aprovada e que esse nível de investimento acontecesse. O modelo descentralizado, com equipe de trabalho efetiva, oferta de auxílios sociais e estrutura adequada de trabalho já existe para ser replicado.

O ENEM demonstra os melhores resultados olhando de longe, para os números apenas. Quando se consegue enxergar as realidades de cada localidade, fica evidente que a nota não é o mais relevante quando se percebe a dificuldade conjuntual do público que prestou o exame em alcançar os mesmos resultados, sendo que a base é bastante diversa, daquele público que dispõe de maior volume de recursos. Mais importante é a formação humana holística que está sendo desenvolvida.

Esta é mais uma prova de que indicadores compostos são determinantes para apurar o real impacto de políticas públicas de inclusão, como é o caso da interiorização do ensino da rede federal. A relevância de federalizar a educação básica reside no objetivo de garantir a qualidade do ensino e gestão descentralizada, nos moldes do que é empreendido no Ifes. Garantir investimento minimamente igual ao do ano anterior é essencial para manter as políticas educacionais.

Podemos dizer, por fim, que o IFES não é apenas uma instituição de ensino que apresenta excelentes resultados e busca devolver a sociedade cidadãos completos, em todas as regiões, populosas ou não, podemos dizer ainda que esta autarquia representa oportunidade de inclusão a pessoas que têm potencial, mas que por vezes foram marginalizadas e que passam a ter sua voz ouvida e capacidade enxergada.

Como propostas de intervenção originárias deste estudo destacamos:

- Necessidade de desenvolvimento de uma política educacional que prime pela federalização da educação básica, a fim de garantir acesso igualitário a oportunidades de ensino de qualidade a brasileiros em todos os níveis de ensino;
- Garantia legal de que o orçamento a ser implementado no exercício seguinte no âmbito da educação deverá ser minimamente igual ao do ano anterior corrigido pela inflação, para que seja garantida a manutenção da qualidade da oferta do serviço prestado a população. Se não houver possibilidade de se ampliar a oferta de cursos, oficinas, projetos de pesquisa, ensino e extensão, ao menos que seja garantido acesso ao que já fora estabelecido.
- Fortalecimento da política de acompanhamento de egressos do Ifes. Embora haja

alguma ação sendo implementada, é necessário estabelecimento de maior controle e real avaliação da situação dos egressos, de modo que se possa identificar eventuais gargalos a serem corrigidos para que os cursos possam ser melhorados atendendo sempre aos anseios da comunidade interna e externa.

- Ampliação das ações junto a comunidade em que o IFES atua. A pesquisa demonstrou que existem atividades sendo executadas, no entanto ficou demonstrado também que falta integração, que permitiria ampliação da atuação, no sentido de cumprir a missão de levar ensino, pesquisa e extensão à região abrangida no APL de instalação da unidade.

A integração dos programas de ensino, pesquisa e extensão com as demandas dos APLs é fundamental para fazer cumprir a razão de ser dos Institutos Federais. Nesse sentido, as atividades tanto em nível médio, quanto nos cursos superiores desenvolvidas no âmbito do IFES devem primar pelo bem da comunidade em que os campi estão inseridos, de modo a levar ao desenvolvimento da região, auxiliando na fixação da população no interior, rompendo com o fluxo de migração para as cidades mais populosas.

Sugere-se, como proposta de estudos futuros, que seja realizado estudo similar entre os campi da região metropolitana da Grande Vitória possibilitando a realização de análise comparativa entre os dois contextos para que se busque alternativas junto ao poder público para diminuir as disparidades, se forem verificadas no âmbito do estudo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Norte e Nordeste registram piores resultados na avaliação de alfabetização. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-09/norte-e-nordeste-registram-piores-resultados-na-avaliacao-de-alfabetizacao> >. Acesso em: 16 jan. 2017

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine, SANCHEZ, Livia Pizauro. Enem: ferramenta de implementação da lei 10.639/2003 – Competências para a transformação social? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 79-103, jan./mar. 2016.

ANDRADE, Eduardo, SOIDA, Ivan. A qualidade do ranking das escolas de ensino médio baseado no ENEM é questionável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 253-286, abr./jun. 2015.

BACELAR, T. A. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2006.

BASTOS, A. V. B. Comprometimento organizacional: um balanço dos resultados e desafios que cercam essa tradição de pesquisa. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas. RAE. FGV**, mai/jun. 1993.

BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENKLER, Yochai. **La riqueza de las redes: cómo la producción social transforma los mercados y la libertad**. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

BRASIL. Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 de Abr. 1991.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Dez. 2008.

CAMÕES, M. R. S.; PANTOJA, M. J.; BERGUE, S. T.. **Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: ENAP, 2010

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

CICARÉ, Adriana C.; FARAC, Angelina. Desarrollo humano sustentable, trabajo y género en el MERCOSUR. **Passagens**, v. 6, n. 2, p. 254-286, 2014.

CINTRA, Elaine Pavini, MARQUES JUNIOR, Amaury Celso, SOUSA, Eduardo Carvalho de. Correlação entre a matriz de referência e os itens envolvendo conceitos de Química presentes no ENEM de 2009 a 2013. **Ciência & Educação**. Bauro, v. 22, n. 3, p. 707-725, 2016.

COMINI, Graziella Maria; RHINOW, Guilherme. Desafios para o aperfeiçoamento organizacional de órgãos públicos. **Revista de Administração da Universidade de**

- São Paulo.** São Paulo, v. 33. n. 1, p. 60-67, jan-mar, 1998.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha.** – 7. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DA SILVA, Filipe Prado Macedo; ORTEGA, Antonio César; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL): A EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL NA BAHIA. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 1, 2016.
- DIALGA, Issaka et al. Highlighting Methodological Limitations in the Steps of Composite Indicators Construction. **Social Indicators Research**, v. 131, n. 1, p. 441-465, 2017.
- DINIZ, C.C. e CROCO, M. **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos – CEBRAP**, n.88, p. 153-179, 2010.
- ESPÍRITO SANTO.** Lei 9.768, de 28 de dezembro de 2011. Disponível em: < http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO9768.html >. Acessado em: 04 mai. 2017.
- FARIA, Maria de Fátima Bruno de; ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Estímulos e barreiras à criatividade no ambiente de trabalho. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo.** São Paulo, v. 31. n. 2, p. 50-61, abr-jun, 1996.
- FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.
- FREUND, J. E.; SIMON, G. **A. Estatística aplicada.** 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- GADREY, Jean, JANY-CLARICE, Florence. **Os novos indicadores de riqueza.** São Paulo: Editora Senac, 2006.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993.
- GRISCI, Carmen Ligia lochins, et al. Nomadismo involuntário na reestruturação produtiva do trabalho bancário. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 46. n. 1, p. 27-40, jan-mar, 2006.
- HAGUETTE, André, PESSOA, Márcio Kleber Moraes, VIDAL, Eloísa Maia. Dez escolas, dois padrões de qualidade: Uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 609-636, jul./set. 2016.

IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 09 set. 2017.

Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. **História.** Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/institucional?showall=&start=1>> Acesso em: 22 fev. 2017.

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. **Divisão Regional do Espírito Santo.** Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/> >. Acesso em: 01 mai. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Brasília, DF. Disponível em: < <http://enem.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Relatórios do Exame Nacional de Cursos/ENC 1996 a 2002.** Brasília, DF. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem-por-escola>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **O que é TRI?** Brasília, DF. <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-tri/21206>. Acesso em: 12 fev. 2017.

JACOMETTI, Márcio et al. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 425-454, 2016.

JUNQUEIRA, Camila Simoni; POLLI, Simone Aparecida. A Implantação de Indústrias Automobilísticas em São José dos Pinhais e seus Efeitos nos Indicadores Sociais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 131, p. 141-157, 2016.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart. Governance indicators: where are we, where should we be going? **The World Bank Research Observer**, v. 23, n. 1, p. 1-30, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, MEC, Setec, v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing (edição compacta).** São Paulo: Atlas. 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/> >. Acesso em: 16 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** Brasília: MEC/Setec, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Secretaria de Desenvolvimento da Produção: relatório de atividades.** Brasília: MDIC/SDP, 2013.

NASCIMENTO, Sueli Maria do. Condições de trabalho e vida cotidiana dos docentes

na interiorização das universidades federais. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 7., 2015. Anais. São Luiz: UFMA, 2015.

NETO, Vanessa Franco, SILVA, Marcio Antônio da. Competências Profissionais de Professores de Matemática do Ensino Médio Valorizadas por uma Boa Escola: a supremacia da cultura da performatividade. **Bolema**, Rio Claro, v. 27, n. 45, p. 143-164, abr. 2013.

OSBERG, Lars, SHARPE, Andrew. **The Index of Economic Well-being: An Overview**. Relatório elaborado para o CSLS – Centre for the Study of Living Standards. Disponível em: <<http://www.csls.ca/iwb/iwb2002-p.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2017.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan/jun. 2010.

PACHECO, Eliezer (Org). **Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio: propostas de diretrizes curriculares**. São Paulo: Moderna, 2012.

PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

QUANDT, Carlos Olavo. Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 1, p. 141-166, 2012.

REAL, Giselle Cristina Martins, MOREIRA, Ana Carolina Santana. Acesso oblíquo à educação superior: decisões de tribunais de justiça estaduais. **Cadernos de pesquisa**, v. 46, n. 101, p. 822-844, jul./set. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do ensino médio e o vestibular Nacional. Curitiba, PR, **Educar em Revista**, n. 40, p. 195-205, abr./jun. 2011.

SCHMITZ, H. e NADVI, K. "Clustering and Industrialization: Introduction". **World Development**, v. 27, n. 9, 1999, p.1503-1514.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. Nova York: Knopf, 1999, p.47-47.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA. A. R. ; TERRA, D. C. T. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. **Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento**, 2013.

SILVA, Roberto da, LAMB, Luis C., BARBOSA, Marcia C. Universality, correlations, and rankings in the Brazilian universities national admission examinations. **Physica A**,

n. 457, 2016.

SIQUEIRA, W. R.; TAVARES, R. F.; BUENO, M.; CISSÉ BÁ, S. A. Rotatividade de servidores públicos: estudo realizado em um campus universitário do interior de Goiás. Bento Gonçalves: **XXIII ENANGRAD**, 2012.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. **IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012. Anais. Caxias do Sul: UCS, 2012.

THIRY, Géraldine. Beyond GDP: Conceptual grounds of quantification. The case of the index of economic well-being (IEWB). **Social Indicators Research**, v. 121, n. 2, p. 313-343, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria operacional Fiscalização de orientação centralizada**. Rede Federal de Educação Profissional. Brasília, 2013.

Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**. 2. ed., EDUFES: Vitória, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANEXO**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. Como você avalia a qualidade da educação no Estado do Espírito Santo?
2. O Ifes – Campus X ficou em primeiro/segundo lugar entre todas as escolas do município pelo ranking do ENEM nos anos de 2014 e 2015. Como vocês avaliam esse resultado?
3. Sabemos que o foco do Ifes não é preparar os alunos para exames como o ENEM, no entanto, temos observado ótimos resultados no geral da instituição. A que atribui esses resultados?
4. Como é a procura por remoção/redistribuição pelos docentes e técnicos administrativos? A mobilidade constante atrapalha o desenvolvimento das ações da escola?
5. O que acredita que poderia ser feito para diminuir a procura por programas de mobilidade entre os servidores?
6. Como você avalia, em termos de importância, a expansão da Rede Federal nos municípios do interior do Estado? Quais benefícios e dificuldades dessa expansão?
7. Você acredita que a interiorização do ensino pode impactar os indicadores de desenvolvimento dos municípios do interior? De que forma?
8. Como o Ifes contribui para a melhoria do ensino e desenvolvimento do município?
9. Quais as perspectivas para futuro em termos de inclusão desses jovens egressos na economia local? Existe política de acompanhamento?
10. Por que as escolas da rede estadual não conseguem, em sua maioria, alcançar resultados similares aos do Ifes?
11. O modelo de ensino do Ifes funcionaria, e entregaria resultados parecidos em provas como a do ENEM, se aplicado em escolas estaduais? Por que?
12. Você acredita que exista viabilidade em expandir a Rede Federal a todos os municípios do Estado? Por que?
13. De que forma a educação pode contribuir para mudar a realidade dos jovens brasileiros? O modelo do Ifes seria o caminho?